

**UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS -
ICH CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO
POP DA CIDADE DE GUARUJÁ**

Aline de Jesus Correa – C7888D7

Vlândia Gomes do Nascimento – D13GDF0

Orientador: Dr. Evandro Prestes Guerreiro

SANTOS / SP

2019

Aline de Jesus Correa – C7888D7

Gládia Gomes do Nascimento – D13GDF0

**O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE
RUA NO CENTRO POP DA CIDADE DE GUARUJÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Paulista como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Dr. Evandro Prestes Guerreiro

SANTOS / SP

2019

Correa, Aline J.
Nascimento, Vladia G.

O atendimento à população em situação na cidade do Guarujá / Aline
Correa, Vladia Nascimento. Santos/ SP, 2019. 75 p.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso)
Universidade Paulista - UNIP, 2019.

Instituto de Ciências Humanas – ICH
Curso de Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Evandro Prestes Guerreiro

1. População de rua
2. Direitos
3. Guarujá

Curso de Serviço Social
UNIP / Campus Santos / Período Noturno e Matutino

2019

Aline de Jesus Correa
Glória Gomes do Nascimento

**O ATENDIMENTO A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO CENTRO POP
DA CIDADE DE GUARUJÁ**

Comissão Examinadora:

Professora Me. Ana Lucia dos Santos

Examinador (1)

Professor Dr. Evandro Prestes Guerreiro

Examinador (2)

Professora Me. Fausta A. O. Pontes Melo

Examinador (3)

Me. Gisele Silva Soares

Coordenador de Curso

Observações: _____

DATA DA APROVAÇÃO: ____/____/____

Dedicamos este trabalho aos nossos pais e familiares
que tanto tem nos apoiado nessa empreitada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, que me deu apoio emocional e coragem suficiente para que tudo isso fosse concluído, assim como por acreditarem na minha capacidade de vencer todos os obstáculos e concluir essa grande e importante etapa da minha vida.

Aos meus professores, que com paciência e muito conhecimento me auxiliaram em todas as dificuldades que apareceram no decorrer desse TCC, possibilitando que o mesmo fosse concluído com êxito.

Aos meus supervisores de estágio, Edimilson da Silva Correia e Marlene Inácio da Silva, que me ensinaram na prática a ação profissional do assistente social, consequentemente ampliando minha visão e agregando na construção desse trabalho.

Ao Centro de Referência Especializado em População em Situação de rua de Guarujá, por ter me proporcionado a oportunidade de conhecer a realidade e as dificuldades vivenciadas pela população em situação de rua, criando em mim a escolha desse tema e a consciência da importância desse debate.

A todas as pessoas e oportunidades que voluntaria ou involuntariamente me auxiliaram a chegar até aqui, meu mais sincero obrigada!

Aline de Jesus Correa.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me ajudou a enfrentar todos obstáculos presentes no desafio de concluir essa etapa na minha vida e também ao meu esposo, que além de ser meu investidor foi meu maior incentivador, não me deixando desistir nunca. Agradeço também aos meus filhos, pela paciência e compreensão da minha ausência nos últimos meses.

Agradeço a minha grande amiga ROSANA SPINUCCI, que me ensinou através de sua vida, o exemplo de profissional que eu quero ser, e que me apresentou a profissão de Assistente Social, o que me levou ao desejo pelo curso. Meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos meus professores, TANIA VIEIRA, ANA LUCIA SANTOS, FAUSTA MELLO, pelos ensinamentos e conhecimentos passados e em especial ao DIOGO SAMPAIO que logo no primeiro dia de aula me fez enxergar que ser assistente social é exatamente o que quero como profissional.

Agradeço também as colegas de curso, que me escolheram como representante de turma, espero ter desempenhado com êxito. Obrigada meninas pela amizade e companheirismo.

Agradeço a minha parceira de trabalho ALINE pela paciência, companheirismo e a dedicação no trabalho.

Agradeço ao meu supervisor de campo de estágio, EDIMILSON DA SILVA CORREIA, pela oportunidade de estagiar ao seu lado e pelo ensinamento vivenciado durante o período de estágio, com certeza levarei para toda a vida profissional. Obrigada também a todos os funcionários do CREAS POP Guarujá que nos recebeu com carinho.

E por fim e não menos importante, agradeço ao Professor Evandro Prestes, pela orientação na realização desta pesquisa.

Viária Gomes do Nascimento

“Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto porque eles são pobres, chamam-me de comunista...”

(Dom Helder Câmara)

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	IV
AGRADECIMENTOS	V
EPÍGRAFE	VII
ÍNDICE.....	VIII
RESUMO.....	IX
ABSTRACT	X
LISTA DE SIGLAS.....	XI
LISTA DE FIGURAS.....	XII
INTRODUÇÃO	13
1. PROJETO DE PESQUISA.....	15
2. POPULAÇÃO DE RUA – CONTEXTO HISTÓRICO E A QUESTÃO SOCIAL	25
2.1 Pobreza e mendicância no período pré-industrial: Transição entre feudalismo e capitalismo.....	26
2.2 Capitalismo: Rev. Industrial, vulnerabilidade social e população de rua na Europa	30
2.3 O Capitalismo no Brasil: Escravidão indígena e negra e os imigrantes.....	35
2.4 Habitação: Favelas e Subúrbios	43
2.5 Formação da PSR no Brasil	45
3. PROTEÇÃO SOCIAL: POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS.....	47
3.1 A política pública para população em situação de rua	49
3.2 A atuação do Assistente social e as políticas de atenção a PSR.....	56
3.3 O atendimento à PSR no Centro Pop na cidade do Guarujá	60
4. CONCLUSÃO.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69
ANEXOS	73

RESUMO

Este trabalho de conclusão do curso de Serviço Social tem como objetivo geral analisar a contradição entre o acesso aos direitos e o controle social exercido pelo Estado em relação a população em situação de rua na cidade de Guarujá no estado de São Paulo. O desejo pela temática população em situação de rua deu-se a partir da vivência em estágio curricular obrigatório no Centro de Atendimento à População em Situação de Rua – Centro POP – na cidade de Guarujá - SP, e da reflexão resultante desta experiência sobre a garantia de direitos dessa demanda e a importância de discutir sobre como ser assertivo no atendimento e propositivo na garantia de direitos dessa parcela da população. O trabalho foi elaborado sobre a perspectiva do processo histórico de formação do fenômeno população de rua, a leitura das contradições vivenciadas por esta demanda até o atendimento através da Políticas Públicas existentes no Município.

Espera-se como resultado desse estudo contribuir com o debate e registro quanto ao atendimento à essa demanda no município de Guarujá-SP, destacando as políticas públicas vigentes, a reflexão sobre estas e as ações que trata a política de Assistência Social destinadas a essa demanda, assim como as potencialidades dessas Políticas na cidade de Guarujá - SP.

PALAVRAS CHAVE: CONTRADIÇÃO, DIREITOS, POPULAÇÃO RUA

ABSTRACT

This work of conclusion of the course of Social Service has as general objective to analyze the contradiction between the access to the rights and the social control of the State of the population in situation of street in the city of Guarujá. The desire for the thematic population in the street situation was due to the experience in compulsory curricular training at the Centro de Atendimento para a Población en Rua - Centro POP - in the city of Guarujá - SP, and the reflection resulting from this experience on the guarantee of rights of this demand and the importance of discussing how to be assertive in the service and proposition in guaranteeing the rights of this part of the population. The work was elaborated on the perspective of the historical process of formation of the phenomenon street population, the reading of the contradictions experienced by this demand until the service through the Public Policies existing in the Municipality.

It is hoped as a result of this study to contribute with the debate and registry regarding the attendance to this demand in the city of Guarujá-SP, highlighting the current public policies, the reflection on these and the actions that the Social Assistance policy addresses to this demand , as well as the potential of these Policies in the city of Guarujá - SP.

KEY WORDS: CONTRADICTION, RIGHTS, STREET POPULATION

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

Centro POP - Centro de Referência Especializado para População em Situação

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
de Rua

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

NOB/RH - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNPR – Política Nacional para a População em Situação de Rua

PSR – População em situação de rua

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Tabela de Correlação Teórica	21
Figura 2: Cronograma de Pesquisa.....	23
Figura 3: Tabela de Orçamento.....	24
Figura 4: Cronologia das políticas sociais e dos movimentos sociais.....	52
Figura 5: Proposta da PNPR para articulação de serviços no atendimento humanizado da PSR.....	54
Figura 6: Centro POP na Tipificação dos Serviços Assistenciais.....	55
Figura 7: Atendimento Centro POP e Abordagem Social em Guarujá	61
Figura 8: Mapa de Guarujá.....	62
Figura 9: Tabela do quadro funcional nob/rh e centro pop	64
Figura 10: Usuários de álcool/droga.....	65
Figura 11: Atendimento especificado por gênero	66

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso (TCC) tem como tema o atendimento à população em situação de rua no Centro POP na cidade de Guarujá, e busca debater as possibilidades de redução da vulnerabilidade que essa parcela da sociedade sofre ainda nos dias de hoje. A escolha do tema nasceu devido a aproximação com o tema vivido na experiência de estágio no Centro POP da cidade. Além disso, do entendimento da necessidade que existe em debater o assunto, visto que essa demanda cresce a cada dia e se torna muito presente na sociedade.

Assim, este trabalho é realizado através de pesquisas que buscam o entendimento sobre o fenômeno, desde o processo sócio histórico até a atualidade, buscando entender o surgimento da população em situação de rua, como a mesma se enraizou na sociedade, a falta de enfrentamento, a discriminação sofrida e culpabilização, assim como os avanços e os surgimentos das políticas públicas, que surgem muitos anos depois do fenômeno nascer.

Dentro de três etapas, o trabalho vai abordar o sistema capitalista, a exploração da força de trabalho e a questão social, em seguida a questão pobreza, a ação das políticas públicas em um Estado capitalista e seu enfrentamento, e por fim o Serviço Social e ação profissional voltada a população em situação de rua.

O trabalho busca apresentar os avanços alcançados junto as Políticas Públicas emancipatórias, assim como apresentar os desafios da profissão assistente social junto ao atendimento dessa demanda e a dificuldade em colocar em pratica as políticas já conquistadas.

O problema apresentado no trabalho é: ainda com a criação de políticas públicas, equipamentos voltados a assistência a população em situação de rua, o surgimento de projetos e trabalhos realizados a essa busca e inserção dessa demanda, existe de fato efetivação no atendimento a essa demanda?

Conforme este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresenta, diante de todos os avanços, ainda é possível encontrar grande deficiência no que se refere a garantia de direitos da população em situação de rua.

Através das pesquisas realizadas, assim como da experiência vivenciada no estágio, podem-se notar as dificuldades encontradas na realização desse acesso ao

direito. Inclusive na cidade de Guarujá, o assistente social se depara com desafios no momento de realizar sua ação profissional.

Nesse sentido, ressaltam-se as dificuldades sofridas pela população em situação de rua, que incluem a discriminação e preconceito produzido pela sociedade, que reforça essa exclusão e minimiza essa pessoa como sujeito de direito.

Por fim, este trabalho apresenta o debate acerca dessa parcela da sociedade, que dentro do Serviço Social é uma grande demanda, com a intenção de agregar e contribuir aos estudos voltados ao tema.

1. PROJETO DE PESQUISA

1.1 Tema

População em Situação de Rua

1.2 Delimitação do tema

O atendimento à população em situação de rua no centro POP da cidade de Guarujá

1.3 Apresentação

Este trabalho de pesquisa consiste na abordagem da temática População em Situação de Rua na cidade de Guarujá, assim como evidenciar a ação profissional do Assistente Social junto a essa demanda, apresentando os avanços, limites e desafios para a atuação do profissional e a evolução das Políticas Públicas voltadas para este segmento, diante de uma sociedade que ainda têm uma visão higienista.

O objetivo do estudo é fomentar a discussão sobre o tema população de rua e a sua relação com as políticas públicas considerando que o crescente número de pessoas vivendo nas ruas e o preconceito que essa demanda sofre pela sociedade torna o assunto bastante atual, pois mesmo sendo invisíveis estão presentes na sociedade. Através da experiência em estágio obrigatório, pretende-se evidenciar a atuação do profissional de Serviço Social e a rede de atendimento as pessoas em situação de rua na cidade de Guarujá. Tal pesquisa é necessária para que se compreenda como esse fenômeno ocorre e permanece por tantos anos na sociedade mesmo com os avanços das Políticas públicas voltadas para essa demanda no âmbito nacional. A inquietação é: Como assegurar os direitos dessa demanda dentro de uma sociedade que exclui e discrimina?

Espera-se como resultado contribuir para o debate sobre a efetivação das Políticas Públicas observando o que é eficiente e o que é falho, já que é uma expressão da questão social que permanece crescendo todos os dias, entendendo como isso se apresenta na sociedade, onde nasce, como permanece e quais são as

formas de confronto, considerando que a situação de pobreza e vulnerabilidade colocam em risco a condição humana desses indivíduos, e que a falta de políticas públicas ou da efetivação destas reforça o fenômeno apresentado.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

O objetivo geral do presente trabalho consiste em 1: conhecer o contexto histórico do tema “população em situação de rua” e sua formação como “fenômeno” pós capitalismo na Europa e no Brasil; 2: seu crescimento e analisar o desenvolvimento das políticas públicas para este segmento; 3: discutir a atuação do assistente social junto a população em situação de rua e nesse caminho as dificuldades encontradas e 4: fazer uma análise referente a efetividade das políticas públicas existentes e contribuir com os estudos sobre a temática.

1.4.2 Objetivos Específicos

Traçamos quatro objetivos específicos, que são 1: conhecer as Políticas Públicas de Atendimento à População em Situação de Rua no âmbito nacional, 2: Conhecer a Rede de Atendimento a esta demanda na cidade de Guarujá, 3: descrever a atuação do assistente social junto a população em situação de rua no Centro Pop da cidade de Guarujá, assim como as dificuldades encontradas, 4: analisar a efetividade das políticas públicas existentes contribuindo com os estudos sobre a temática população em situação de rua.

1.5 Justificativa

O interesse no tema “População em Situação de Rua” surgiu a partir da vivência em estágio obrigatório realizado no Centro POP da cidade de Guarujá, o

que permitiu um olhar mais específico no atendimento a essa demanda e possibilitou conhecer de perto a realidade das ruas, e também conhecer de perto a atuação do assistente social junto aos usuários do Centro POP, uma atuação que ainda é bastante limitada mesmo com a existência de políticas públicas voltadas especificamente para essa população, ou seja, analisando o trabalho do assistente social em uma sociedade que ainda têm uma visão higienista e uma grande deficiência perante a garantia dos direitos e as políticas públicas a população em situação de rua.

Quando se fala sobre a questão social e suas expressões, aborda-se historicamente um caminho que percorre anos de direitos negados e uma parcela da sociedade excluída, da qual faz parte a população em situação de rua, podendo inclusive citá-la como uma de suas expressões mais perversas. Ambos os assuntos estão interligados e fazem parte das mazelas da sociedade capitalista. Assim, abordar o tema questão social contribui para o entendimento da temática população em situação de rua, tão presente na sociedade atual, pois foi nas condições da formação do sistema capitalista que eclodiu na Europa o chamado “pauperismo”, do qual surge a população em situação de rua.

A pesquisa traz um olhar sobre os direitos violados da população de rua, desde o preconceito sofrido, seja pelo próprio sistema que estigmatiza e exclui, seja pelo olhar da sociedade que na maioria das vezes rotula essa população de vagabundos, bêbados e drogados ou pela dificuldade encontrada na efetivação mínima dos direitos sociais.

O estudo sobre esse assunto principalmente dentro do Serviço Social é de enorme importância, visto que mesmo que os anos passem e a sociedade mude como um todo, essa expressão da questão social permanece enraizada e crescendo sendo uma demanda na ação profissional do assistente social.

Dentro da política de Assistência Social, que é uma política pública não contributiva e que deve ser universal, tem-se o Estado como algo que deve atender os direitos de todos os cidadãos bem como suas necessidades. Porém, com o estudo pode-se perceber as falhas e deficiência em tornar essa universalidade e garantia de direitos de fato efetivada, auxiliando no entendimento de como funciona essa política na sociedade atual.

1.6 Problema

A Constituição de 1988 estabelece como fundamento a dignidade da pessoa humana, em seu artigo 1º inciso III, mas é somente no ano de 2005 através da Lei 11.258 (BRASIL, 2005) que altera a redação do artigo 23º da LOAS – LEI 8.742/1993 (BRASIL, 1993) onde essa demanda passa a ser contemplada nos serviços de Assistência Social. Posteriormente no ano de 2009 é aprovado o Decreto 7.053, pelo então presidente da República Luis Inácio LULA da Silva, que trata exclusivamente da instituição da Política Nacional para a População em Situação de Rua – PNPR. Mesmo com tantos avanços, pôde-se vivenciar durante o estágio no Centro POP que o trabalho realizado junto a essa demanda ainda tem um caráter higienista, com a função apenas de afastá-los das áreas mais movimentadas, mais nobres. Assim a pergunta problema é: Como assegurar o acesso destes usuários aos direitos já instituídos como saúde, educação, esporte, lazer, etc., minimizando a vulnerabilidade da população em situação de rua, a partir das políticas públicas já existentes?

1.7 Hipótese

Hipótese significa suposição, possibilidade ou ainda especulação. É o resultado antecipado baseado nos estudos realizados pelo pesquisador (Lakatos e Marconi, 2003, pág. 126).

Sendo assim, a hipótese que norteia essa pesquisa é que a falta de desenvolvimento do PIA – Plano Individual de Atendimento, a falta de efetivação das políticas públicas já estabelecidas, colaboram para manutenção de uma população de desinformada, pouco conhecedora dos seus direitos e que visualizam os serviços públicos apenas com serviços pontuais, o que dificulta o trabalho continuado, que altera essa dinâmica e que possa propor mudanças significativas.

1.8 Metodologia

1.8.1 O que é conhecimento científico

O conhecimento científico é diferente dos outros conhecimentos, devido as informações que devem conter explicações cabíveis referente a questão apresentada, tendo como objetivo não somente a explicação do fato, mas também apresentar e explicar suas relações com outros fatos. Lakatos e Marconi falam sobre uma questão importante:

Um mesmo objeto ou fenômeno pode ser observado tanto pelo cientista quanto pelo homem comum; o que leva ao conhecimento científico é a forma de observação do fenômeno. (LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. 2007, pág 25)

Conforme aborda o autor Gil (2008) para classificar o conhecimento como científico, é preciso identificar o método que fez com que fosse possível chegar no tal conhecimento: “Para que um conhecimento possa ser considerado científico, torna-se necessário identificar as operações mentais e técnicas que possibilitam a sua verificação. “ (GIL, 2008, pág 52).

1.8.2 O que é pesquisa científica

A pesquisa científica é feita a partir de um estudo planejado, com o problema como uma abordagem inicial para uma busca, dentro disso, inicia-se a busca sobre as possíveis respostas seguindo o método científico, partindo sempre dessa interrogação que seria o problema, que inicialmente não tem uma resposta correta. Hipóteses são levantadas, servindo como base para essa busca, mostrando que sempre será necessária uma teoria para que se inicie essa investigação.

Tipos de pesquisa

De acordo com Demo (2000), pesquisa pode ser:

- a) teórica, dedicada a estudar teorias;
- b) metodológica, que se ocupa dos modos de se fazer ciência;
- c) empírica, dedicada a codificar a face mensurável da realidade social;
- d) prática ou pesquisa-ação, voltada para intervir na realidade social.

Demo vai ressaltar que na prática, será necessário fazer uma junção, levando em consideração que nenhuma pesquisa será independente.

todas as pesquisas são ideológicas, pelo menos no sentido de que implicam posicionamento implícito por trás de conceitos e números; a pesquisa prática faz isso explicitamente. Todas as pesquisas carecem de fundamento teórico e metodológico e só têm a ganhar se puderem, além da estringência categorial, apontar possibilidades de intervenção ou localização concreta. Demo (2000, p. 22)

1.8.3 O que é a metodologia

A metodologia conforme aborda Prodanov e Freitas (2013) é a efetivação de mecanismos e técnicas que são considerados para a criação do saber, com o objetivo de trazer veracidade e declarar a utilidade de determinado assunto na sociedade. Se baseia no estudo, compreensão e avaliação dos métodos na busca de uma pesquisa, buscando soluções para questões abordadas.

1.8.4 Tabela de correlação teórica

FIGURA 1 – Tabela de correlação Teórica

Autores	Referência	Fundamentos
Castel, Robert.	Desigualdade e a Questão Social.	Para o autor a pobreza expressa a própria falência do sistema no enfrentamento da exclusão social.
Santos, Josiane Soares.	Questão Social “Particularidades no Brasil”.	Para a autora a questão social é uma expressão das desigualdades sociais que estão no interior da sociedade capitalista.
Yazbek, Maria Carmelita.	Classes subalternas e assistência social.	A autora expõe o que vive no centro da dignidade do pobre subalterno transparente na contradição da subalternidade.
Iamamoto, Marilda Villela.	S.S em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.	A autora aborda uma análise referente às relações sociais do capital, falando da profissão dentro desse processo, assim como a questão social dentro de uma sociedade capitalista, e o capital fetiche.

1.8.5 Etapas da pesquisa

ETAPA 1: A escolha do tema surgiu a partir da experiência de estágio, e da compreensão da necessidade do debate sobre o assunto população de rua dentro do serviço social, trazendo junto a isso suas deficiências na sociedade.

ETAPA 2: O levantamento bibliográfico preliminar foi realizado através da pesquisa em livros, artigos e dados relacionados ao assunto, buscando o acesso a raiz da questão, desde o processo sócio histórico.

ETAPA 3: A formulação do problema foi criada a partir da pergunta a qual a pesquisa busca solução, que nesse caso seria como diminuir a vulnerabilidade através das políticas públicas.

ETAPA 4: A elaboração do plano provisório do assunto foi realizada através de leituras e seguindo a pergunta problema, caminhando nos assuntos que trazem a possível solução para essa interrogação.

ETAPA 5: A busca das fontes foi feita através das pesquisas em livros e internet, utilizando autores que abordam os assuntos necessários para essa pesquisa.

ETAPA 6: A leitura do material foi realizada gradativamente conforme a construção da pesquisa foi sendo construída, organizando as melhores formas de abordar os assuntos necessários para o tema.

ETAPA 7: O fichamento foi produzido seguindo as referências bibliográficas, assim como o resumo do material bibliográfico e as normas ABNT.

ETAPA 8: A organização lógica do assunto foi construída a partir do material elaborado, encontrando de forma mais coerente possível abordar o assunto desde seu processo sócio histórico até a questão apresentada.

ETAPA 9: A redação do texto foi feita a partir das leituras e pesquisas assim como consequência dos materiais apresentados, realizando uma construção de uma pesquisa fundamentada.

1.8.6 Orientação Científica

Etapa 1: Nesta etapa o projeto de pesquisa foi reestruturado para focalizar no

1.8.8 Orçamento financeiro

FIGURA 3: Orçamento

Materiais	Custo em reais
Gastos com transportes	100,00
Xerox	180,00
Impressão do trabalho	320,00
Encadernação	80,00
Total:	680,00

2. POPULAÇÃO DE RUA - CONTEXTO HISTÓRICO E A QUESTÃO SOCIAL

O termo homem de rua não é um termo que remete a atualidade, segundo Stoffels (1977, pg. 60) há registros relacionados a pessoas em situação de rua desde as grandes civilizações: Egito, Grécia, Roma, China. Essa concepção de “homem de rua” começa a assumir contornos conhecidos e perpetuados até hoje logo após o nomadismo, quando ocorre a sedentarização do homem, a organização dos meios de produção social e a origem do Estado e da propriedade privada.

Engels (2006, pg. 131), em sua obra a origem da família, do Estado e da Propriedade Privada afirma que na aurora do advento da civilização, os que produziam eram donos daquilo que produziam, e quando tal modo de produção social deixou de acontecer o poder da nobreza foi incessantemente aumentado e com ele a exploração dos pequenos agricultores pelos possuidores de dinheiro, o que resultava em enormes dívidas, desapropriações de terra e escravidão tanto do camponês como de seus filhos, que eram vendidos como escravos para satisfazer o seu credor. Assim a sociedade ia crescendo, o Estado se desenvolvia sem ser percebido e o males que o acompanhava também seguiam o crescimento, sem poder ser contido ou suprimido.

Foi com as desapropriações de terra para o crescimento das cidades, que na Grécia antiga, viu-se o aumento de mendigos e indigentes, época em que um determinado mendigo chamado Diógenes problematizou o ato de estar na rua, quando expulso de sua cidade natal, foi morar nas ruas de Atenas e ao ser questionado disse a seguinte frase: “ Não sou cidadão de Atenas e nem da Grécia, mas sim cidadão do mundo”, trazendo a noção de cosmopolitismo, o que leva a pensar sobre a contemporaneidade e o incômodo que a situação de rua causa na população de modo geral até os dias atuais (Brasil, SDH, 2013, pag. 15). A definição de que os mendigos ou moradores das ruas são pessoas perigosas, de má índole, vagabundos vêm se perpetuando ao longo dos períodos históricos, assim como a perpetuação do preconceito social sobre esses indivíduos. O conceito muda de acordo com o momento histórico, e à medida que vai se modificando novos conceitos vão se formando.

2.1 POBREZA E MENDICANCIA NO PERÍODO PRÉ-INDUSTRIAL: TRANSIÇÃO ENTRE FEUDALISMO E CAPITALISMO

De acordo com Mollat (1989) a pobreza sempre foi comum na Idade Média, e nesse período não se pensava em suprimi-la, o autor destaca a diferença entre o pobre válido que era o trabalhador pobre e o pobre inválido que eram os mendigos, e salienta que, o que os separava era sua capacidade para o trabalho. O problema do inválido era visto ou como uma questão política, falta de trabalho por exemplo, ou uma questão moral, os velhos, órfãos, deficientes. Cuidar desses desvalidos foi um papel muito bem absorvido pela igreja, que com sua caridade cristã cuidava em ajudá-los, oferecendo-lhes comida e o que vestir e até locais para dormir, evitando que pernoitassem nas ruas.

Mollat (1989) destaca ainda a mudança ocorrida a partir do século XI, onde o campo era o cenário e a pobreza se caracterizava apenas pelo não ter, porém a medida que o feudalismo chegou no seu nível máximo de desenvolvimento, se aproximando de sua decadência e começando a entrar em prática no cenário mundial o Mercantilismo, em um processo de mudança no sistema econômico, o pobre e o mendigo (homem de rua) passaram a ter outro problema além do não ter, a sua condição de pobreza começa a ser caracterizada pela dificuldade em manter um lugar na sociedade e pela opressão dos poderosos, momento em que o pobre começa a ser excluído e marginalizado.

O endividamento, as consequências das Cruzadas e as catástrofes naturais, como seca, enchentes, más colheitas e epidemias levavam cada vez mais aqueles que já estavam em situação de pobreza para uma situação de miséria, nas ruas e na criminalidade para tentar subsistir. A pobreza era vista como indigna e inextinguível e crescia de acordo com o desenvolvimento dos centros urbanos, porém esses não foram os únicos motivos que levou grupos a viverem nas ruas na extrema miséria. Para a sociedade medieval a miséria não existia, e mesmo acontecendo entre os mais ricos uma certa repulsa, a visão de caridade propagada pela igreja impedia que leis contra essas pessoas fossem criadas. Entre a chamada mendicância, existiam os que o faziam pois achavam que o ato de esmolar enobrecia sua alma, trazendo riqueza espiritual e a garantia da vida eterna, tinham estes como exemplo tirado da Bíblia, os eremitas (Mollat, 1989, p. 78). Outro grupo eram os mendigos dos centros

urbanos que se estabeleceram nestes locais e recebiam doações das chamadas ordem mendicantes tornando-se intermediário dessas doações entre as ordens e os mais miseráveis. Segundo Souza (1982) foi a partir dessas ordens que o poder público começou a se encarregar das esmolas, um exemplo foi a fala de Elizabeth I que vendo a pobreza que se instalava na Inglaterra declarou que o pauperismo é uma instituição nacional. Um terceiro grupo de mendigos eram os acometidos de enfermidades, dentre elas a lepra, homens e mulheres que precisavam abandonar seus trabalhos e famílias para que a doença não se espalhasse, estes não viviam nas ruas, mas sim nos leprosários a própria sorte dependendo da ajuda de alguns que viam o cuidado a estes doentes como uma representação da sua fé e um caminho para se chegar ao céu. Porém, segundo Schmitt (1998), alguns não olhavam para esses leprosos com bons olhos pois entendiam que suas feridas eram um reflexo da sua alma, pecadores e seu encarceramento era uma forma de condená-los pelos seus erros.

A vida dos chamados mendicantes começou a mudar consideravelmente nos séculos XIV e XV, Schmitt (1998) afirma que a crise e a peste negra que se alastrou suscitaram novas formas de marginalidade e trouxe mudança considerável sobre a evolução social, com grande reflexo sobre a sociedade que passa a ter atitudes de defesa e repulsa. O aumento do número de mendigos faz com que as instituições que estavam a cargo de cuidar dessa demanda passem a não dar conta de assistir a todos chegando pela primeira vez a dividir os desvalidos em duas classes: os pobres de verdade e os mendigos válidos, onde somente os primeiros teriam direito a receber os donativos, enquanto o segundo grupo era considerado apto para o trabalho, os chamados vagabundos, e estes não eram merecedores das esmolas. Pela primeira vez a chamada caridade passa a ser seletiva, se tornando necessário comprovar o seu nível de pobreza. Em resposta ao aumento de mendigos o número de instituições que distribuíam esmolas também aumentou, além do crescente número de particulares que faziam caridade somente pela fama e reputação.

No período entre os séculos XV e XVIII surge uma política econômica desenvolvida pelos estados europeus chamada Mercantilismo ou Capitalismo Mercantil, que corresponde ao período de transição entre feudalismo e capitalismo industrial e foi estabelecido com intuito de garantir o crescimento econômico dos reinos. As mudanças ocorridas nesse período foram substanciais, o crescimento do

mercado logo levou o Continente Europeu a uma especialização regional da produção. Áreas inteiras se dedicaram a produção de gêneros exclusivos e as chamadas rotas comerciais facilitavam o grande fluxo de mercadorias alargando o universo das trocas, assim o aparelho estatal propiciava todas as condições de lucratividade, onde as exportações eram o grande meio para se alcançar riquezas, de forma que a acumulação de capital por parte da burguesia era incentivada a qualquer custo e todos os estímulos para tal se tornavam legítimos mesmo que prejudicasse o bem-estar social. Por isso algumas características do capitalismo industrial já eram vistas no capitalismo mercantil, como por exemplos baixos salários.

Contudo, vale ressaltar que a situação da população mais pobre durante esse período de transição não foi tão diferente que os séculos anteriores. De acordo com Huberman (1980) a acumulação do ouro e prata favorecia o crescimento dos países, e a política da “balança comercial favorável” fazia com que a coroa acumulasse riqueza, mas os gastos para manter os investimentos que eram feitos eram altíssimos e os altos impostos cobrados dos trabalhadores chegava a 80% dos seus ganhos, lhes sobrando apenas 20% para os gastos com sua família e sua casa, o que levava muitos a situação de pobreza extrema e a mendigar nas ruas.

Em meio ao crescimento econômico, as grandes navegações e o novo nível de desenvolvimento, outras questões começavam a surgir, dentre elas as mudanças no trabalho do artesão, que para acompanhar o ritmo da expansão marítima e das exportações precisava de novos meios de produção. Sobre tais mudanças, Martinelli (2001) destaca:

“O intenso desenvolvimento do capitalismo, em sua fase mercantil, se fez acompanhar da criação de uma força de trabalho assalariada e destituída de meios de produção. A trajetória do trabalhador se deu em rota oposta à da burguesia, pois, à medida que ela foi determinando seu alijamento dos meios de produção, a começar da terra, passando em seguida por suas atividades artesanais, o trabalhador foi compelido a se submeter ao trabalho assalariado, indispensável para prover sua subsistência familiar” (Martinelli, 2001, p. 32)

Para Martinelli(2001), a partir desse momento, ainda em meados do século XVI o ciclo de vida do capital já se iniciava, produzindo uma nova estrutura social e um novo contexto político.

Muitos migravam para os centros urbanos a procura de emprego, mas nem

sempre essas pessoas eram absorvidas pelo mercado de trabalho e em consequência aumentava o número de miseráveis. Segundo Souza (1982) foi na Inglaterra de 1601, que a coroa discutiu uma lei que assistisse essas pessoas e no final do reinado de Elizabeth I foi criada a Lei dos Pobres, uma lei que aperfeiçoava a já existente desde 1597 onde os religiosos eram uma espécie de inspetor dos pobres, tentando os colocar em ordem, inclusive, a lei de 1601 foi uma resposta a igreja que afirmava que o estado deveria ser responsável pelos pobres. A lei consistia basicamente em: oferecer subsídio a todos que estavam em situação de pobreza, mendicância, mas quem tinha condição para o trabalho deveria trabalhar para o Estado e para a igreja, ou seja, era uma lei pensada para aqueles que podiam oferecer algum retorno para o Estado, assim pode-se perceber que ficariam de fora os velhos, os inválidos e os enfermos. Alguns autores destacam essa lei como a primeira lei assistencialista e como a primeira ação do estado contra a pobreza extrema, mas também é vista como aparelhamento para o controle dessa população pois também punia aquele que fosse encontrado em plenas condições físicas e estivesse na "vagabundagem", os que recebiam o benefício eram obrigados a trabalhar e se não o fizessem eram açoitados e presos. A lei pretendia evitar problemas futuro na ordem social e controlar os miseráveis que ficaram perambulando nas cidades, abolindo a vagabundagem e extraindo o mendigo da rua. De miseráveis a trabalhadores do Estado, burguesia e Clero. Segundo Martinelli se retirava os direitos econômicos dos que eram engajados no auxílio.

... declarava indigentes e retirava o direito de cidadania econômica daqueles que fossem atendidos pelo sistema de assistência pública. Assim, recrutando coercitivamente a burguesia cuidava de manter sob controle a força de trabalho de que necessitava para expandir seu capital. (Martinelli, 2001, pág. 33)

Para Martinelli (2001), ser atendido pela Lei dos Pobres significava perder sua cidadania e o indivíduos que eram atendidos pela Lei perdiam o domínio da sua própria vida pois aqueles que eram recrutados para receber o auxílio ficavam à disposição do estado, do Clero e a nobreza, visto que o dinheiro arrecado para o pagamento dos auxílios provinham principalmente de doações dos ricos afim de manter a ordem, os "beneficiários" da Lei trabalhavam na confecção de peças

manuais para as igrejas, que depois as revendiam e também trabalhavam nas casas da nobreza.

Em meio a tantas transformações políticas, econômicas e sociais ascendeu na Europa a classe burguesa e junto a sua ascensão várias pequenas revoluções que foram de uma importância crucial para o desenvolvimento do capitalismo industrial. Assim com a mudança no modo de produção e na forma como os homens ganham sua vida, se altera o os processos de vida social, política e econômica.

2.2 CAPITALISMO: REVOLUÇÃO INDUSTRIAL, VULNERABILIDADE SOCIAL E POPULAÇÃO DE RUA NA EUROPA

A partir do levantamento de dados históricos pode-se concluir que o atendimento aos mendigos ou a pessoas em situação de rua sempre se caracterizou pela caridade ou a chamada hoje filantropia, fosse pessoal ou através da igreja e mesmo quando tinha intervenção estatal. Analisando o fenômeno população em situação de rua como uma consequência do sistema capitalista excludente, existe uma grande importância em destacar o surgimento do capitalismo, com a intenção de compreender como se forma hoje, essa parcela da sociedade, sendo esse surgimento um marco nas relações econômicas e sociais, trazendo a questão apresentada.

A Revolução Industrial foi basicamente a mudança do uso da ferramenta manual pela máquina e contribuiu para o já emergente sistema capitalista se consolidar como sistema econômico vigente. Através de um processo de evolução econômica e social se instala na Europa do século XVIII o Capitalismo Industrial.

A industrialização dos meios de produção facilitou a aceleração da produção e também dos lucros. A partir da Revolução Industrial o êxodo rural se intensificou e um grande aumento populacional surgiu nos centros urbanos. O capitalismo é um sistema que não interfere apenas na economia, mas também interfere nas relações de vida e trabalho em sociedade e nas relações entre as classes sociais. Para que esse sistema passasse a dar certo o capitalismo passou a usar de alguns meios que à época estavam iniciando e hoje são conhecidos pelas mídias como: televisão, jornal, rádios e etc, meios que mais tarde se tornariam importantes instrumentos para alienação das grandes massas, o que leva a banalização do humano, como fala lamamoto (2012):

“... a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a

invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche¹. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria –, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social” (Iamamoto, 2012, p.125)

A alienação atrelada ao capital fetiche passa a rondar a sociedade criando o pensamento de que o que vale é o quanto você tem, e não quem você é, e com isso passa-se a acreditar que quanto mais esforço uma pessoa tiver, mais dinheiro ela vai ter, indicando a ideia de que uma pessoa pobre, por exemplo, só permanece nessa situação porque não se esforçou o suficiente. Logo, o sistema capitalista é baseado em produção e bens de consumo, e na divisão entre patrões e empregados, donos dos bens de produção e trabalhadores. Martinelli (2001) destaca como o capitalismo alterou a vida da sociedade.

Como uma avalanche, o regime capitalista alterou tudo que estava a sua volta, impondo a tessitura de uma nova rede de relações sociais, de um novo ritmo de vida e de trabalho. Revelou, desde logo, que suas influências não se restringiam apenas as relações comerciais ou ao processo industrial; atingiam, isto sim, a sociedade como um todo. (Martinelli, 2001, pag. 69)

Assim, o capitalismo se expande de forma antagônica, trazendo como característica a desigualdade, pois ao mesmo tempo que traz desenvolvimento econômico, gera desigualdade social trazendo o conceito de antagonismo de classes.

Na obra de Ellen Meiksins Wood (1999) denominada “A Origem do capitalismo” podemos compreender que os meios de produção e bens de consumo estão nas mãos de muito poucos, e patrões e empregados em lados opostos, pois esse sistema é organizado para que exista um lucro total, então para que esse lucro exista, é ser necessário a exploração da mão de obra, ou seja, do trabalhador. Pois se esse trabalhador receber o lucro justo, o lucro do patrão diminui (Wood, 1999, pág. 75).

O modo de produção capitalista inicia então o crescimento pela Inglaterra no século XIX. Com os novos meios de produção e a acumulação do capital o sistema capitalista passa a aumentar sua riqueza, em torno da exploração do trabalho, que em seu início incluíam mulheres e crianças, visto que, não eram mais necessários

trabalhadores que tivessem conhecimento, mas sim que fizessem o necessário. As condições de trabalho eram péssimas, isso incluía o aumento da jornada de trabalho, assim como a diminuição dos salários, diminuição do descanso, e aumento da produção, tudo voltado ao aumento dos lucros para os donos do capital, enquanto a mão de obra barata crescia, e os trabalhadores eram ainda mais explorados.

Como consequência desse processo, a classe trabalhadora passa a ser afetada diretamente com cada avanço, pois as necessidades de máquinas, matérias e instrumentos para a produção passam a ser maiores do que a necessidade dos trabalhadores, e isso resulta no surgimento do chamado “exército de reserva”, estes formados basicamente por parte da sociedade desempregada e que incluíam também trabalhadores com idade mais avançada, aleijados, viúvas, e que não se enquadravam no mercado de trabalho. Essa parte da sociedade, vive excluída e começa a se submeter a condições de trabalho piores ainda, servindo como um exército de reserva para o capitalismo, sempre à disposição em busca de sobreviver. Marx e Engels (2015) vai tratar dessa parte da sociedade denominando-os de “lumpemproletariado”:

O lumpemproletariado, esse produto passivo da putrefação das camadas mais baixas da velha sociedade pode, às vezes, ser arrastado ao movimento por uma revolução proletária; todavia, suas condições de vida o predispõem mais a vender-se a relação para servir as suas manobras. (Marx e Engels, O Manifesto Comunista, 2015 pag. 40)

O termo “lumpemproletariado”, é um dos termos criados por Marx e se refere aos excluídos, aqueles que estão à margem da sociedade ou abaixo da condição de proletariado, a massa desintegrada. Uma massa de sobrantes, aqueles que não são absorvidos pelo capital e que acabam em situação de pobreza extrema.

Castel (2015, pág. 119) destaca o fenômeno resultado do crescimento do capitalismo: a produção e a permanência legitimada socialmente do que ele chama de sobrantes, ou seja, de pessoas que são consideradas fora dos padrões para o trabalho, padrões estes que variam de acordo com a época. São os chamados inúteis, homens, mulheres, idosos, deficientes que não conseguem acompanhar as novas exigências, a novidade das fábricas, máquinas, indústrias e a competitividade e

concorrência decorrente dessa nova realidade, como se não houvesse mais lugar para todos na sociedade.

Os considerados sobrantes ou excluídos da sociedade capitalista industrial eram aqueles considerados “vagabundos” de toda espécie, bêbados e mendigos e também trabalhadores anteriormente autônomos que não conseguiam se enquadrar nas novas formas de trabalho. Com a exclusão dessa parcela da sociedade, surge o desemprego, gerado de forma involuntária, e o subemprego, que seriam os trabalhos temporários e informais. Isso tudo vai acarretar em condições mínimas de sobrevivência, que resultam nas periferias e no aumento daqueles que começam a viver em situação de rua, eram os trabalhadores sofrendo com o sistema capitalista que os excluía, esses buscavam formas de lidar com um novo fenômeno que os rondavam, a pobreza e mais além, a extrema pobreza.

A pobreza nada mais era do que não conseguir uma renda mínima suficiente para sobreviver. Entre os séculos XIX e XX, a pobreza se instalava e permanecia estigmatizada, já que julgava a quem a pertencia. Os trabalhadores que permaneciam fora do mercado de trabalho, eram vistos como desocupados e preguiçosos, moralmente discriminados pela sociedade, impossibilitando o mesmo a retornar a vida em sociedade, o que o fazia permanecer recluso e excluído, trazendo o distanciamento de uma vida digna. Como destaca Netto e Braz (2012), o desenvolvimento do sistema capitalista tornou cada vez mais difícil a situação dos trabalhadores, expandindo a situação de pobreza.

Desenvolvendo-se a reprodução ampliada, ou seja, a acumulação, é evidente que, na relação capital/trabalho, a condição dos portadores da mercadoria força de trabalho torna-se progressivamente mais vulnerabilizada. (Netto e Braz, 2012, Pág. 137.)

Quanto mais atingido pela pobreza, mais difícil era se adequar a sociedade. A pobreza levava também a identidade do trabalhador, que tinha seu papel questionado. Considerando que a categoria pobreza vem se definindo num processo crescente nos últimos tempos, que amplia de forma significativa o contingente social que vive em situação de miséria, e que se modifica no espaço tempo, assim como a forma em que é vista socialmente também se altera, a pobreza como condição de vida das classes trabalhadoras não está definida somente como situação econômica, se constitui

também num parâmetro social.

Yazbek (2010) por sua vez, refere-se que a questão da pobreza:

É produto dessas relações que, em nossa sociedade, a produzem e reproduzem, quer no plano socioeconômico, quer nos planos político e cultural, constituindo múltiplos mecanismos que “fixam”, os pobres em seu lugar na sociedade. [...] é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças (YAZBEK, 2010, p. 153).

Tal entendimento sobre a conceituação de pobreza é importante para desmitificar a categoria pobreza apenas como situação econômica e ir a fundo no trato com sujeitos estigmatizados, excluídos e em vulnerabilidade.

Na obra *O Capital* de Marx, volume 1 (1867, Seção VII, capítulo 23) nota-se que em meio as transformações ocorridas durante a crescente Revolução Industrial a situação de pobreza, vulnerabilidade e exclusão social que vinha se alargando desde o capitalismo mercantil se agrava, passando por novas metamorfoses conceituais, se acentuando uma sociedade definida por classes onde tem-se de um lado a classe burguesa, “burguesia”, formada pelos donos do capital e de outro a classe dos trabalhadores, aqueles que vendem sua mão-de-obra.

Diante do antagonismo de classes, o motor que passa a girar a roda da história, de um lado vemos a burguesia, lutando por mais competitividade, lucro, crescimento financeiro e de outro a classe trabalhadora, os chamados proletariados, numa luta incessante e diária por melhores condições de vida.

As periferias aumentavam, e a desigualdade foi se estabelecendo e crescendo até nos dias de hoje. A divisão entre os pobres e ricos se tornava cada vez mais notória, e os pobres permaneciam com o papel de atrasados socialmente, fora do eixo, do que era esperado. Toda essa suposição trazia à tona a exclusão dessa parcela da população na sociedade.

O fato é que para o sistema capitalista (que se mantinha escorado na desigualdade social) para permanecer firme e alcançando seus objetivos de lucro, a pobreza tinha que permanecer potencializada, isso porque, o que acabaria ou melhoraria a situação de pobreza seria justamente o que diminuiria o lucro do sistema capitalista. E assim no decorrer da gênese do processo capitalista, a pobreza se

instalava, muitas vezes hereditariamente, assim como a população em situação de rua, que buscava incansavelmente dentro de uma sociedade desigual e injusta um modo de sobreviver. Nascia dentro deste contexto político, social e econômico a chamada Questão Social e suas expressões.

A chamada Questão Social se configura dentro desse cenário europeu do século XIX, como expressão das desigualdades sociais resultante das inquietações provocadas pelo pauperismo. A pobreza estava num patamar nunca visto antes, e era uma pobreza diferente daquela já mencionada, diante do fato que a pobreza anterior se dava pela real escassez e a que agora se instala ocorre mesmo quando existem condições reais de eliminá-la. Netto e Braz (2012) destaca:

As sociedades pré-capitalistas, as mais remotas e as mais próximas de nós, conheceram e conhecem fenômenos de polarização, pobreza e abundância e fenômenos de desigualdade. O que é novo na sociedade capitalista – o que é radicalmente novo na sociedade capitalista – é o fato de que nela estão dadas as condições e as possibilidades de suprimir as carências materiais da massa da população. (Netto e Braz, 2012, p. 92-93)

Netto (2001, pág. 151) também destaca em seu texto “cinco notas a respeito da ‘questão social’”, que a questão social é produzida compulsoriamente pelo capitalismo e seus diferentes estágios e que em cada estágio se produz diferentes manifestações da questão social. Ou seja, não existe uma nova questão social, mas a mesma questão social que se apresenta em outras expressões de acordo com o desenvolvimento do sistema capitalista, e que a questão social é insuprimível no sistema capitalista e apesar dos programas sociais não serem suficientes, são importantíssimos e representam um avanço importante nas políticas de atenção a população pobre, pois apesar de não ser solução ao problema, oferecer o mínimo social muitas vezes é o que mantém essa população viva.

2.3 O CAPITALISMO NO BRASIL: ESCRAVIDÃO INDÍGENA, NEGREIRA E OS IMIGRANTES

Conforme cita o autor Mazzeo (1988, pág. 6) o início do capitalismo no Brasil se dá já no momento do “descobrimento” em 1500, momento em que a Europa está vivenciando a transição do feudalismo para capitalismo, o chamado Mercantilismo,

nesse momento o Brasil já começa a participar da divisão internacional do trabalho. As caravelas de vários lugares como Portugal, França e Holanda, saíam do país repletas de Pau-Brasil, que era uma madeira que valia muito na época, já que a mesma produzia um pigmento utilizado nas artes e costura. Assim, num momento em que o mundo já vivenciava as mudanças econômica, políticas e sociais do capitalismo, o Brasil vivenciava uma introdução desse sistema de forma tardia, conseqüentemente de forma desorganizada e desordenada.

Laima Mesgravis (2015) destaca que toda essa carga levada do Brasil era cortada e guardada por um grande grupo de nativos, que eram explorados, trabalhavam em condições precárias por horas, em troca de bijuterias e acessórios que vinham da Europa. O Brasil se torna fornecedor de matéria prima e consumidor dos produtos que vinham da Europa.

Há registros da escravidão indígena desde o início da colonização, entre 1540 a 1580, como destaca Regina(2010):

Antes de chegar a escravidão negra, a história do Brasil, já em seu primeiro século, registra a utilização do trabalho do índio. Interessados logo nos chamados produtos tropicais – notadamente o pau brasil -, os membros das primeiras expedições tratavam de conseguir, em troca de algumas quinquilharias, a força de trabalho indígena. (Maria Regina, 2010, pág. 71)

É possível observar, segundo a autora Maria Regina que a colonização no Brasil já estava efetivada, e os portugueses passavam a ter a necessidade de criar uma mão de obra que fosse rápida e eficaz, assim como grandiosa, que desse conta de aumentar os lucros para a Coroa Portuguesa. Iniciava-se então o escambo, que nada mais foi do que o processo onde os índios trabalhavam no transporte do pau-brasil, em troca de objetos que vinham com os portugueses, como espelhos, cordas, facas, etc. Essa mão de obra precisava ser ampla, então os senhores de engenho começam a explorar os indígenas em busca de obter seus lucros.

De início, os índios passam a ser capturados e direcionados a trabalhar em pequenas lavouras ou no colhimento de drogas do sertão. Os escravos africanos eram caros, e a necessidade de uma ampliação da mão de obra era cada vez maior, o que fez com que a escravidão indígena fosse uma alternativa para isso. Começa então a ocorrer expedições, chamadas de “bandeiras de apresamento”. Lidar com o indígena

como um escravo era um desafio para os portugueses, isso porque ao mesmo tempo em que escravizavam os índios para o trabalho necessário, era preciso ter uma relação amigável em troca da proteção dos mesmos contra outras tribos, e obter o conhecimento que tinham em relação as terras, que para os portugueses eram desconhecidas.

Os índios tinham muita dificuldade em lidar com o trabalho que era demasiado intenso, além de serem muito resistentes, haviam muitas fugas, e tudo isso independente dos castigos físicos que sofriam. Houve uma separação feita pelos portugueses entre aliados e inimigos, garantindo diversos tratamentos dos grupos indígenas e absorvendo o que precisavam de cada tribo. Os portugueses se aproveitaram das rivalidades que eram muito recorrentes nas tribos, e utilizavam os adversários capturados como recompensa, o que era chamado de “compra a corda”.

Em 1549, chega ao Brasil o primeiro governador geral Tomé de Souza, junto com a ordem religiosa Companhia de Jesus, o mesmo vai separar duas ações que condiziam em primeiramente, os indígenas que fossem aliados tinham o direito a “liberdade”, e a segunda que seria a presença dos jesuítas, que passaram a se envolver com as questões indígenas. Os padres buscam criar um vínculo com os índios, focando na conversão para o catolicismo, realizavam batismos em massa aos que tinham interesse nesse novo segmento religioso. Porém, a conversão não vai trazer como esperado a submissão aos padrões e modo de trabalho europeu. E com isso é criada a política das aldeias, que visavam no trabalho dos índios nas aldeias lideradas pelos padres. Os índios são isolados e direcionados as atividades coloniais, que focava no aumento do lucro da Coroa.

A igreja ia contra a escravidão, justamente porque tinha o interesse em catequizar os índios, que era a missão da Ordem Jesuíta, nos assentamentos, os índios ficavam vulneráveis a ataques tanto dos colonos como dos bandeirantes.

Essa liberdade não significava de fato uma liberdade, isso porque os índios que não tivessem o interesse de viver nas aldeias só poderiam viver na guerra ou na escravidão. Em 1570 é criada a Carta Régia, onde os índios só poderiam ser escravizados mediante a Guerra Justa, então somente os índios que se rebelassem contra os colonizadores poderiam ser capturados. Somente o Rei poderia decretar uma Guerra Justa, apesar de governadores de capitânicas realizarem tal ato. Esse foi o primeiro momento que a escravidão indígena foi enfraquecida, com a Carta Régia e a escravidão voluntária, porém, existiam muitas deficiências da parte das autoridades,

que permitiam que os atos continuassem acontecendo. Muitas vezes serviam somente para conseguir mais escravos, em situações em sua maioria forçadas.

Ainda nos casos onde os índios aceitavam se aliar, haviam problemas. Muito índios foram trazidos das selvas para as vilas coloniais com a ideia de liberdade, no que era chamado de descimentos, realizados por padres e moradores que representavam a Coroa Portuguesa, acabavam trazendo a força os índios que viviam em lugares mais longe. Esses índios eram presos em ferros e escravizados, indo completamente contra a ideia de liberdade que havia sido acordada anteriormente.

Uma das ações que aconteceram devido à falta de trabalho escravo em São Paulo por exemplo, foi o bandeirismo, vistos muitas vezes como homens que ampliaram as fronteiras, mas na verdade o objetivo real era a captura de índios, repondo os índios que tinham sido extintos. Eles chegaram a destruir aldeias indígenas, despovoando e levando os índios para a capitania de São Vicente. Poderiam ser descritos como despovoadores de territórios.

Como resultado a tudo isso, os trabalhos forçados e intensos, assim como as epidemias que vieram em consequência do contato com o homem branco, como a gripe, o sarampo, a varíola, e os assassinatos decorrentes da não submissão dos índios, vão acarretar a um dos maiores genocídios que acompanhou a colonização portuguesa, houve um verdadeiro extermínio físico e cultural dos indígenas.

A abolição vai ser implantada primeiramente em 6 de junho de 1755, válida somente no estado do Pará e Maranhão. Depois, ao longo do país em 8 de maio de 1758. Vai ocorrer de fato a extinção da escravidão indígena, quando Marquês de Pombal, vai realizar mudanças na organização colonial, expulsando os jesuítas do Brasil devido à grande influência que os mesmos tinham na política e economia dentro da colônia, e depois proibindo de fato a escravidão indígena e transformando aldeias em vilas que eram do poder da Coroa Portuguesa.

Porém o índio só deixa de fato de ser escravo, quando os portugueses passam a ter condições econômicas para se obter a compra de escravos negros, que nesse momento já eram mais lucrativos e produziam mais.

No início do século XVI, ocorria a produção de açúcar, nesse período, se inicia a escravidão negra no Brasil. A população africana, homens e mulheres negros, eram trazidos para exercer o trabalho escravo nos engenhos de açúcar, no Nordeste. Os portugueses que eram os comerciantes de escravos faziam o processo de venda no Brasil, como se essas pessoas fossem de fato um produto, uma mercadoria, os

valores variavam de acordo com a idade e força de cada escravo.

Os autores Fraga e Albuquerque (2006, pág. 37) destacam que o processo de trazer os escravos da África para o Brasil era feito através dos chamados Navios Negreiros, onde homens e mulheres permaneciam nos porões desses navios, em situações degradáveis, que levavam muitas vezes até a morte. Ou seja, nem todos conseguiam chegar vivos até o Brasil, e os corpos desses que morriam no caminho, eram descartados no mar.

Desde então, com a chegada desses escravos sobreviventes ao Brasil, se iniciava o trabalho de escravidão. Esse trabalho poderia ocorrer nas fazendas de açúcar ou nas minas de ouro, e de qualquer forma, as condições de vida e trabalho eram as piores possíveis.

O trabalho era extremamente intenso, a alimentação e as condições básicas de vida eram péssimas, viviam em senzalas que eram lugares com péssima higiene, semelhante a galpões, sem luz alguma e com muita umidade. Além de tudo isso, os escravos viviam com correntes, sob vigia, não podendo existir fugas, e sofriam punições físicas a qualquer momento, o açoite no caso era uma das punições mais realizadas. O escravo se tornou a mão de obra mais utilizada:

Por mais de trezentos anos a maior parte da riqueza produzida, consumida no Brasil ou exportada foi fruto da exploração do trabalho escravo. As mãos escravas extraíram ouro e diamantes das minas, plantaram e colheram cana, café, cacau, algodão e outros produtos tropicais de exportação. Os escravos também trabalhavam na agricultura de subsistência, na criação de gado, na produção de charque, nos ofícios manuais e nos serviços domésticos. (Albuquerque, Wlamira e Fraga Filho, Walter, 2006, pág. 65)

Como se não bastassem todas as péssimas condições de vida que os escravos eram obrigados a lidar, também eram proibidos de cultuar e celebrar através das suas religiões africanas, sendo proibido qualquer tipo de ritual ou festa e celebração. Eram obrigados a seguir a religião católica, que era a religião predominante da época, assim como eram obrigados a falar através da língua portuguesa. Apesar de tudo isso, como sabemos, a cultura africana não foi deletada devido as ações que eram feitas escondidas. Então a celebração, os rituais e festas permaneciam sendo praticados de forma isolada, inclusive assim nasce a capoeira, que nada mais era do que uma luta, que os escravos disfarçavam com músicas e o gingado, para que parecesse apenas

uma dança.

Os homens faziam o trabalho escravo braçal, esforço físico. Já as mulheres ficavam com os afazeres domésticos, cozinhavam, arrumavam as casas, e serviam como amas de leite. No século XVIII, era “possível” comprar sua própria liberdade, com a carta de alforria. Porém, seria necessário juntar economias durante sua vida toda, então não era como se fosse algo fácil de se conseguir. Ainda assim, o escravo que conseguia sua carta de alforria se deparava com uma sociedade que não estava aberta para aceita-lo, e o mesmo permanecia em uma situação de extrema vulnerabilidade.

Existiram naquela época os famosos Quilombos, que eram espaços onde os negros podiam viver conforme viviam na África, falavam sua língua nativa, praticavam sua religião de matriz africana e viviam em liberdade, porém mesmo nos quilombos os negros tinham limitações, regras e também sofriam opressões. Como afirma Wlamira e Fraga, Walter, “Em todo lugar a liberdade era a principal aspiração de quem vivia a triste experiência de ser escravizado” (2006, pág. 118). O quilombo mais conhecido na história foi o Quilombo De Palmares, organizado por Zumbi.

No século XIX, o parlamento inglês aprova a lei Bill Aberdeen (1845), com o interesse em aumentar o seu mercado consumidor no mundo todo, proibindo então o tráfico de escravos, correndo o risco de terem seus navios aprisionados pelos ingleses. Então em 1850, o Brasil de fato aprova a lei Eusébio de Queiróz que determina o fim do tráfico negreiro. Em 1871, é aprovada a lei do Ventre Livre, onde os filhos dos escravos poderiam ser livres, se nascidos daquela data em diante (28 de setembro de 1871), e em 1885, os escravos com idade a cima de 60 anos, também conseguiam o acesso a liberdade.

No dia 13 de maio de 1888, com a promulgação da lei Aurea, assinada pela Princesa Isabel, se decreta a abolição da escravidão.

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembléia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil. Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

(Brasil, 1888)

As comemorações da abolição se estendiam por todo o Brasil e os jornais da

época mostravam grande comoção da população como um todo em torno da libertação dos escravos. O jornal Gazeta de Notícias de 15 de maio de 1888, que circulava na Corte do Rio de Janeiro, de 15 de maio, dois dias após a abolição noticiou:

Continuavam ontem com extraordinária animação os festejos populares. Ondas de povo percorriam a Rua do Ouvidor e outras ruas e praças em todas as direções, manifestando por explosões, do mais vivo contentamento o seu entusiasmo pela promulgação da gloriosa Lei (grifo nosso) que, extinguindo o elemento servil, assinalou o começo de uma nova era de grandeza, de paz e de prosperidade para o império brasileiro. (...) Em cada frase pronunciada acerca do faustoso acontecimento traduzia-se o mais alto sentimento patriótico, e parecia que vinha ela do coração, reverberações de luz.

Quando se pensa nessa data e se associa a liberdade dos escravos, pensa-se por um momento que enfim os escravos tiveram paz. Porém, a realidade da sociedade na época foi bem mais cruel do que isso. Perante a lei, os escravos eram de fato, livres, mas o Estado e a sociedade burguesa em nenhum momento deram um devido respaldo que era necessário para que se iniciassem suas vidas em liberdade. Eram os novos cidadãos, porém a sociedade não os aceitava, não existia oportunidade de empregos, já que os donos das fazendas preferiam pagar um salário aos estrangeiros do que aos escravos, então logo, os escravos se viam sem condições suficientes para seguir com uma vida digna. Muitos negros foram expulsos das fazendas e ficaram sem ter onde morar e nem onde sobreviver, essa política de segregação racial fez com estes escravos libertos vivessem a margem da sociedade e a forma como os negros eram tratados na sociedade brasileira durante o período escravocrata e ainda posterior continua refletindo até hoje na nossa sociedade.

A elite branca brasileira já tinha em sua própria sociedade os elementos necessários para forjar sua ideologia racial. Tinha aprendido desde o período colonial a ver os negros como inferiores. Tinha também aprendido abrir exceções para alguns indivíduos negros ou mulatos (COSTA, 1998).

Uma vida digna de fato estava longe de acontecer, então se inicia um novo processo onde essa parte da população vai buscar uma forma de sobreviver. O fim da escravidão no Brasil contribuiu significativamente nos primeiros movimentos das

pessoas em direção as ruas no Brasil, e a partir desse momento, começa a batalha diária em busca de formas e meios para se sustentar, se submetendo a trabalhos informais e temporários.

É importante destacar que já havia uma questão social durante a vigência do trabalho escravo, mesmo que de forma transparente, que refletia as diferenças econômicas, políticas e sociais.

A abolição da escravidão, que ganhou força com o humanitarismo e a voz da comunidade cristã, foi um processo econômico ligado a industrialização, que interferia diretamente na vida social e no mundo do trabalho. Essa mudança da escravidão para o trabalho livre fez parte de um processo de reestruturação econômica e de pressão internacional que teve o intuito de incluir o Brasil, assim como outros países, num contexto mundial a fim de que se tornasse consumidor dos produtos dos países chamados de primeiro mundo. Segundo Valladares (1991), a abolição da escravidão no Brasil teve uma única intenção, que foi atender a demanda das atividades das fábricas que se instalavam no Brasil, pois se fazia necessário um grande número de trabalhadores, nesse primeiro momento posterior ao período escravocrata onde a concepção do trabalho passa por um processo de redefinição. No caso brasileiro houve uma intensa pressão por parte dos ingleses, por conta disso é aprovada em 1831 a Lei Feijó que, em tese, proibia o tráfico atlântico e libertava os escravizados chegados ao Brasil após a data. Ficou conhecida como lei para inglês ver pois só surtiu efeitos no papel, enquanto na prática o tráfico continuava acontecendo e só teve seu fim com a Lei Eusébio de Queirós em 1850. Para conclusão de seu projeto de industrialização a modificação das relações de trabalho e de mercado consumidor eram essenciais. Assim, dava-se maior importância à ampliação de mercados e da produtividade. O trabalho escravo e o monopólio – práticas comuns da exploração colonial – pareciam ultrapassados ao novo modelo, fomentado a partir da industrialização.

Neste novo modelo econômico era mais interessante e lucrativo manter os africanos na África, incentivando uma produção de matérias primas baratas. Além disso, o fim da escravidão fazia desses homens e mulheres um mercado consumidor de produtos industrializados em potencial.

Porém, como já falado anteriormente, o processo de transformações necessárias e geradas pelo capitalismo aprofundam a desigualdade, assim o que restou num primeiro momento aos escravos livres foi a mendicância e em casos

mais extremos, alguns recorriam aos furtos. O fim da escravidão cooperou e refletiu de forma significativa no movimento das pessoas em direção as ruas no Brasil.

2.4 ORIGEM DAS FAVELAS E SUBURBIOS

Após a abolição da escravidão em 1888, aumenta-se a chegada de imigrantes italianos e japoneses no Brasil, o fim da escravidão acaba trazendo esse fato como consequência. Nesse momento, surgem os primeiros indícios de indústria, os latifundiários aproveitam para explorar a mão de obra barata dos estrangeiros, que tinham conhecimento do trabalho necessário, e passam a contrata-los ao invés dos antigos escravos, que agora estavam libertos. Fernandes (1964), disse:

“A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou qualquer outra instituição assumisse encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. (...) Essas facetas da situação (...) imprimiram à Abolição o caráter de uma espoliação extrema e cruel”. (Fernandes, 1964, pág. 72)

Sem ter para onde ir, a ação de empregar os imigrantes acaba colocando o negro numa situação de extrema pobreza, e vai endossar ainda mais a marginalização do negro que anteriormente era escravo, na sociedade brasileira.

Ocorre cada vez mais um crescimento das indústrias no Brasil, e quando os negros chegam nas capitais, encontram as fabricas, mas os negros não têm experiência suficiente para o trabalho, diferente dos estrangeiros que estavam em países já industrializados e conheciam a vida fabril. O negro era peça obsoleta, descartável e sem força política nenhuma, passando a ocupar o exército industrial de reserva. Não encontrando espaço nem no campo e nem na cidade, os negros vão em busca de um local para se instalarem, sobreviver. Diante do desemprego não veem alternativas a não ser as moradias mais baratas e estas geralmente estavam nas favelas ou nos morros. Eles passam a ocupar as áreas mais afastadas da cidade, devido à dificuldade financeira, e também devido a discriminação racial que sofriam.

Manifesta através do espaço geográfico, a favelização, seja ela nos morros ou não, começa a se intensificar e junto a elas a precariedade que qualquer área irregular proporciona, como a carência em infraestrutura básica: saneamento, luz, esgoto.

Outro fato que vai contribuir para o crescimento das favelas no Brasil é o processo acelerado de urbanização que o país vai enfrentar no decorrer do século XX, no momento que o êxodo rural passa a ser reforçado devido a mecanização do campo e a industrialização, as pessoas que moram nas cidades aumentam cada vez mais, e cresce também a mudança de cidade a cidade, quando as pessoas começam a abandonar os locais que moravam por não existir mais investimentos sociais, ou as cidades pequenas e buscam lugares melhores.

Conforme apontam os autores Pereira e ZAluar (2006, pág. 7) resumidamente, as favelas surgem da miséria e baixas condições de vida da população, que no caso não tem recursos suficientes para pagar um aluguel ou comprar uma casa pelas cidades e como uma busca de sobrevivência vão se instalar dessa forma, improvisando casas que nem sempre são completamente construídas. Essas casas geralmente vão permanecer em situações precárias, a maioria em locais de riscos, em locais onde ocorrem deslizamentos por exemplo, o que dificulta ainda mais a vivência dos moradores, o que ocasiona o inchamento das cidades e estas não são capazes de absorver toda a demanda.

A valorização dos imóveis nas áreas mais urbanizadas e com maior acesso aos serviços básicos como asfalto, transporte público e proximidade dos centros comerciais empurram cada vez mais a população mais pobre e sem condições de manter os autos alugueis para zonas mais vulneráveis. Essas famílias acabam criando identidade própria e raramente saem do bairro a não ser para trabalhar, raramente mudam de posição social e seus filhos herdaram suas condições econômicas o que torna a mobilidade social quase impossível. Esses moradores não têm perspectiva de um futuro melhor e acabam se envolvendo com drogas e delinquência como uma fuga da realidade. Os jovens deixam de frequentar a escola muito cedo, para trabalhar e aumentar a renda da família, o que prejudica a entrada no mercado de trabalho formal, lhes sobrando apenas vagas com baixa remuneração e a informalidade, o que tem levado muitos a perderem a perspectiva e entrarem para o mundo da criminalidade, as condições precárias de moradia não são os únicos problemas encontrados para quem mora nas favelas, a violência, o tráfico de drogas e atividades irregulares acabam tomando conta das favelas, e a intervenção do Estado em relação a essas

dificuldades não tem sido suficiente. A ação que geralmente é realizada pelo Estado tem sido através da polícia, que não consegue sanar a criminalidade, visto que a criminalidade se origina de diversos outros fatores da desigualdade social, pessoas que não conseguem meios de sobrevivência e acabam buscando isso em outras formas, as vezes ilegais, ainda lidamos com a corrupção da parte policial também, que hoje em dia acaba participando do tráfico de drogas. O ideal seria a urbanização das favelas, sendo possível o acesso à energia elétrica, água encanada, encanamento de esgoto e asfalto, e conjunto a isso ações que possibilitassem a inserção dos moradores na sociedade, a garantia de empregos, mais creches, para que pudesse ser possível lidar com toda essa nova estrutura de vida.

2.5 FORMAÇÃO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL

Pode-se destacar que a partir da origem da sociedade brasileira se inicia o processo pelo qual se constitui hoje a População em Situação de Rua - PSR. Porém foi com o advento do capitalismo já em pleno desenvolvimento na Europa que se intensificou no Brasil o chamado “fenômeno população em situação de rua”.

A era industrial trouxe o homem do campo para a cidade grande, gerando desemprego e o fim da escravidão, que gerou uma grande massa de sobrantes, visto que para o negro despreparado para essa era industrial só restava as ruas, foram dois grandes fatores que contribuíram diretamente para o surgimento desse fenômeno no Brasil. Porém também pode-se destacar a pauperização, gerada pelo desenvolvimento do capitalismo, que levou a formação das favelas e moradias extremamente vulneráveis, o que também contribuiu para o aumento desse contingente, que por falta de melhores condições de vida acabavam transformando as ruas em local de moradia e também de sobrevivência, pois é na rua que buscavam e buscam até os dias atuais o seu sustento.

Eram mulheres, crianças, homens, idosos, que devido ao processo de urbanização intenso ocupavam as ruas nos centros urbanos vítimas da segregação as classes mais empobrecidas, e que no primeiro momento foram absorvidos pela caridade da igreja e dos mais ricos, pois eram vistos como pessoas sem condições de mudarem seu futuro, por outro lado o Estado tratou de resolver a questão com a criminalização e repressão dessas pessoas.

Atualmente pode-se incluir para o aumento dessa demanda o “imigrante”, que

tem saído de seu país, muitas vezes por causa de guerras, e tem vindo para o Brasil em busca de oportunidades e acabam aumentando o exército de sobrantes, pois sem uma política específica para atender suas demandas, acabam tomando as ruas como locais de sobrevivência.

O fenômeno PSR cresce e toma novas formas ao passar dos anos. Não somente pelo avanço do sistema capitalista, mas também pela ausência de políticas públicas, que caminharam lentamente ao longo dos anos e de fato só foi implementada uma lei específica para a demanda PSR, a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), através do Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009.

Seguindo os dados do Censo da população em situação de rua da cidade de São Paulo, feito em 2015, temos uma estimativa de que no ano de 2000 haviam cerca de 5.013 pessoas em situação de rua, no ano de 2009 o dado aumenta para 6.587, no ano de 2011 permanece crescente para 6.765 e por fim no ano de 2015, ainda crescendo 7.335.

3. PROTEÇÃO SOCIAL: POPULAÇÃO DE RUA E SEUS DIREITOS

Compreende-se com o desenvolvimento do contexto histórico, o surgimento da população em situação de rua, como a mesma vai crescer na sociedade e como a sociedade vai lidar com esse fenômeno, sendo possível compreender um pouco as dificuldades e dilemas que lidam durante suas vidas. Esse fenômeno não é algo que surge hoje, na atualidade, mas sim nasce a muitos anos atrás, cresce junto com a escravidão e o início e crescimento do capitalismo, sofrendo diversas mudanças em sua dimensão.

Conforme aponta Schwartzman (2004, pág 14) em toda história, essa população sofre com o preconceito e o rótulo negativo, como pessoas fora dos padrões e sendo culpabilizados pela sociedade, como responsáveis pelas situações em que vivem. Diversas são as situações em que se encontram e os motivos reais pelos quais os levam a estarem vivendo nas ruas, mas em todos os casos podemos notar a presença da questão social e suas expressões.

A pobreza era vista como algo hereditário, passado pelas famílias, visto como um desvio e defeito passado a gerações, o Estado só vai intervir nesse fenômeno com a criação da Lei dos Pobres, onde os cidadãos perdiam o controle real de suas vidas, sendo guiados pelas instituições públicas, o que não solucionava de fato a raiz do problema presente nesse fenômeno, o real motivo que faziam essas pessoas permanecerem em situação de rua.

Nesse início, existia somente uma visão de caridade, onde o objetivo era existir um suporte suficiente para que essas pessoas conseguissem sobreviver e trabalhar, afinal o objetivo era o lucro e a produção, de forma que continuassem dominados pela classe burguesa, que obtinha de fato o lucro.

Esse rótulo e preconceito existente a tantos anos atrás ainda existe e permanece enraizado na sociedade atual, onde essa população é vista ainda como pessoas que se colocaram em tais situações, e grande parte da sociedade passa a naturalizar esse fenômeno, como se os mesmos já não fossem vistos mais como uma pessoa que de fato tem uma história, família, etc.

No Brasil, podemos entender o fenômeno população em situação de rua como uma consequência da desigualdade social frequentemente presente desde o início de sua história, a exploração da força de trabalho conjunta ao desenvolvimento do

sistema capitalista e o fim da escravidão resulta no chamado exército de reserva ou sobrantes, o que vai reforçar esse fenômeno, isso porque essas pessoas que se encontram a margem da sociedade vão apresentar diversas dificuldades como a baixa escolaridade, a falta de qualificação, e a falta de acesso aos meios suficientes para sobrevivência. Tudo isso vai resultar em uma população que migra para as ruas não como opção, mas como único meio de sobrevivência, onde vão seguir com suas vidas com os meios que forem disponíveis.

Essa população vai crescer e dentro disso pessoas de todas as idades vão viver em situação de rua, idosos, crianças, adolescentes, adultos, vistos como uma parte da sociedade que não tinha estrutura suficiente para criar mudanças em suas próprias vidas, passam a ocupar maiores espaços, e dentro de um país industrializado, vão se fixar e se tornar de fato um fenômeno existente dentro da sociedade.

Schwartzman, (2004, pág 33) destaca que com o crescimento das cidades ocorrido principalmente pela migração dos homens do campo para a cidade, nos anos 1980 se agravam as dificuldades na sociedade, o desemprego cresce, e passa a ser necessário um aumento de investimento nas cidades e das necessidades básicas dos cidadãos, os movimentos sociais passam a lutar pela garantia dos seus direitos, buscando a diminuição da desigualdade que cresce naquele momento.

Com a constituição de 1988 nasce um marco na luta pelos direitos sociais, assim como na efetivação das políticas públicas que vão começar a caminhar nesse momento, dentro de um processo de redemocratização do país, ações voltadas a população em situação de rua passam a existir. Tudo isso vai vir contra toda a doutrina e visão de caridade existente na sociedade, onde se conhecia somente o auxílio como ajuda e não como solução de fato para os problemas encontrados na sociedade que originava todo o fenômeno.

No ano de 1993, é realizado o Fórum Nacional de estudos sobre a População de Rua, o que vai trazer espaço para a população de rua, possibilitando que existisse uma mobilização referente a moradia, saúde e assistência social.

A sociedade atual permanece com as expressões da questão social frequentemente, a situação de rua é um fenômeno existente hoje e é notório a complexidade assim como a necessidade de intervenções e melhoras nos campos como saúde, habitação, assistência e etc. Essa parcela da sociedade se encontra negligenciada em relação aos seus direitos, que não estão sendo garantidos, direitos

esses conquistados com a constituição federal de 1988, fazendo com que permaneçam excluídos de uma sociedade que discrimina cada vez mais.

Schwartzman (2004, pág 40) ressalva que as violações de direitos básicos ainda existem na sociedade, agressões e omissões relacionadas a população em situação de rua são frequentes, junto a uma visão higienista que busca não solucionar de fato essa expressão da questão social, mas sim “limpar” a sociedade, alimenta-se e retira-se das ruas pessoas sem se preocupar de fato com sua independência, ou alguma forma de emancipação para que esse cidadão possa de fato ter acesso ao mundo do trabalho, ou tratar de suas dependências nos casos de usuários de drogas, por exemplo.

Muitas vezes o objetivo real não é de fato garantir o direito dessa população, o que torna um ciclo vicioso e faz com que o fenômeno permaneça presente na sociedade, já que sozinhas e sem a garantia de seus direitos básicos essas pessoas dificilmente vão conseguir sair da situação em que se encontram. A indiferença da sociedade e a naturalização desse fenômeno em conjunto a uma visão preconceituosa de uma pessoa que é vista como alguém que esta na rua desde sempre, é usuária de drogas, não tem estudos nem qualificações e provavelmente comete crimes vai auxiliar o estigma que essa população sofre a anos, e que na verdade não condiz com a realidade. A naturalização, por exemplo, tem sido uma estratégia recorrente e eficaz para perpetuação de situações opressivas ou, conforme Freire (1996), uma das principais armas na manutenção de situações de dominação e de acobertamento da realidade. A naturalização, se produz quando um estado de coisas, que é uma criação social e histórica de grupos humanos em certo momento histórico-social, é tratado e abordado como um acontecimento natural ou como um resultado inevitável de características naturais. Essa é a “força da ideologia fatalista dominante que estimula a imobilidade dos oprimidos e sua acomodação à realidade injusta, necessária ao movimento dos dominadores” (Freire, 2000, p. 43).

3.1 As Políticas públicas para população em situação de Rua

Conforme destaca Neri (2016, pág. 04), a política social foi consolidada durante a história, conforme as mudanças sociais iam acontecendo. De início, a política social tinha uma visão e objetivo voltados para filantropia e solidariedade, nos anos 80, tinha uma característica assistencialista, que focava no desenvolvimento da economia, e

agia indo contra as consequências das mudanças econômicas que estavam ocorrendo e que traziam conflitos na sociedade.

Essa característica filantrópica da política social nos anos 80 que ocultava alguns casos da realidade social foi barrada pelas mudanças que vinham em conjunto a liberação dos mercados. Para Pereira (1996 apud BEHRING, 2003, p. 172), “o Brasil foi atingido por uma dura crise fiscal nos anos 1980, acirrada pela crise da dívida externa e pelas práticas do populismo econômico, dessa forma exigindo de forma imperiosa, a disciplina fiscal, a privatização e a liberação comercial”. Como consequência disso, houve uma diminuição nas verbas públicas incluindo a área social, o que só foi minimizado nos anos 90, quando se passou a criar novas estratégias voltadas a diminuição da vulnerabilidade que ocorria na sociedade, e é onde o estado começa a ganhar responsabilidade por essas causas.

A Constituição de 1988 garante a dignidade da pessoa humana e diz que todos são iguais perante a Lei, sem nenhuma distinção, garantindo também a inviolabilidade do direito à vida, assim podemos citá-la como marco legal para a consolidação da Política Social no Brasil. Porém houve a necessidade de novas estratégias, a criação de políticas pontuais de combate à pobreza e a situação da PSR, o que levou a Política Social Brasileira a importantes transformações e a adoção de novos desenhos e estratégias: à ampliação do leque de programas e também ao aumento do volume total de recursos destinados ao combate à pobreza (BOSCHETTI, 2003, pg. 67).

De acordo com Behring e Boschetti (2011), o período pós-1990 pode ser considerado no país, como de contrarreforma do Estado, posto que a denominada Reforma do Estado marcou retrocesso nas conquistas demarcadas na Constituição de 1988, sobretudo, nas políticas públicas de previdência, de assistência social e de saúde. As autoras Behring e Boschetti (2011, p. 148) acrescentam que: Reformando-se o Estado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, e, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros – a carta constitucional era vista como perdulária e atrasada -, estaria aberto o caminho para o novo “projeto de modernidade”. O principal documento orientador dessa projeção foi o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE/MARE, 1995), amplamente afinado com as formulações de Bresser Pereira, então à frente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE). Essas políticas neoliberais causaram entre outras consequências o aumento do desemprego e também do subemprego e da pobreza como um todo. Nas observações de

Leguizamón(2005), estas políticas representaram uma nova fase da pobreza na América Latina. A autora aponta algumas causas dessa pobreza massiva que acarretaram mudanças no mundo do trabalho:

- 1) a impossibilidade de gerar ingressos pela via da condição assalariada formal ante o crescente uso do capital intensivo na produção e nos processos de desjurisdição das relações de trabalho;
- 2) a reforma do mercado de trabalho, a flexibilização trabalhista, a seguridade social ;
- 3) impossibilidade de acesso a outros meios de subsistência para gerar meios para a reprodução da vida;
- 4) a reforma dos regimes de estado de bem-estar
- 5) novas formas de discriminação étnico-cultural.

Nesse sentido é que Leguizamón chama a atenção para o fato que a pobreza deve ser analisada como uma construção social, produto de relações sociais. E, ao mesmo tempo em que é produzida por determinadas relações também reproduz determinados fenômenos sociais como o desemprego, o subemprego, a precarização do trabalho e da vida, alimentando este círculo vicioso.

Partindo da concepção de que a pobreza é, sobretudo uma relação entre pessoas, um estado social e, como tal, é um invento da civilização, compreende-se que as políticas neoliberais produziram e reproduziram mais pobreza durante a sua implementação na América Latina, na década de 1990.

A Constituição Federal (1988), vai apresentar a criação de políticas públicas que vão possibilitar estratégias em relação a participação da sociedade civil, entrelaçado a isso, trouxe diversas mudanças na política brasileira.

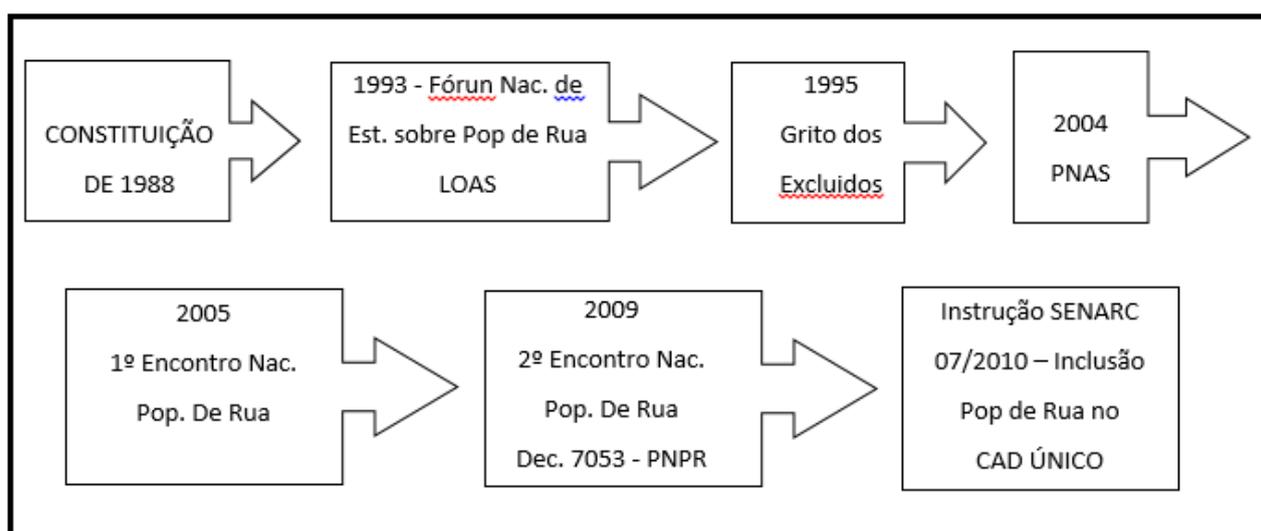
A partir desse momento, a política social passa a ser um direito do cidadão, e com esse passo se inicia a implantação de políticas de proteção social focados na saúde, previdência e assistência social. Apesar disso, a efetivação da assistência como uma política e direito do cidadão ainda vai necessitar do enfrentamento de dificuldades.

A Instituição da Constituição de 1988 foi fundamental para alavancar

movimentos que fortaleceram a luta por direitos da PSR e alguns movimentos passam a ganhar força, como a Pastoral do povo de rua e o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs que junto as Pastorais Sociais vão abrir espaço para a mobilização em busca de melhorias voltadas a PSR, um dos movimentos de grande visibilidade foi o chamado Grito dos Excluídos, realizado pela primeira vez em 07 de setembro de 1995, e que se repete até os dias atuais mobilizando grande parte da sociedade.

Abaixo destaca-se uma cronologia das Políticas Sociais, levando em consideração a Constituição de 1988 como ponto de partida e incluído neste, movimentos sociais e encontros que foram de extrema importância para o debate sobre a temática PSR.

FIGURA 4 – CRONOLOGIA DAS POLÍTICAS SOCIAIS E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS



Fonte: Adaptado de Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social – MDS, 2011.

Em 1993, aconteceu o Fórum Nacional de Estudos Sobre a PSR, momento em um grande avanço na redemocratização do país ocorria, o que serviu para criar uma visibilidade para a necessidade de uma política específica para PSR.

Conforme destaca Nunes (2011, pág. 35) ainda no ano de 1993, é criada a Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, que vai enfatizar a assistência como um direito de qualquer pessoa e obrigação do Estado, com o objetivo de garantir as necessidades mínimas do ser humano.

No ano de 2004, é criada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS,

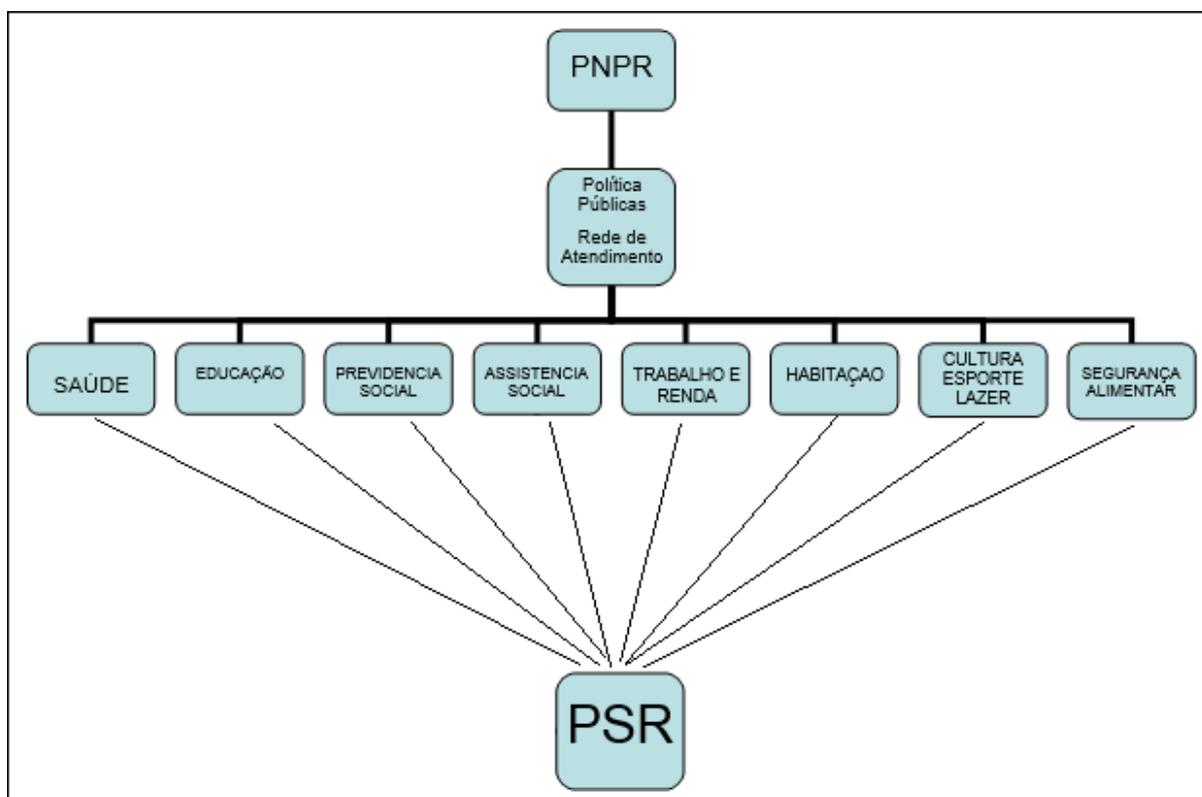
que tem uma visão e objetivo de incluir e enxergar as pessoas que estão à margem da sociedade, entendendo que essa exclusão faz parte de uma situação social, de toda a sociedade, e não somente de um único indivíduo, assim como é uma questão também do Estado.

Com a grande participação de movimentos sociais que nesse momento estão presentes, é validada a proposta intersetorial da Política Nacional para a população em situação de rua (PNPR), que tem como objetivo reforçar o crescimento de programas, projetos e benefícios voltados a população em situação de rua, criando-se uma rede e garantindo a realização desses serviços.

Criada com intuito de garantir os mínimos sociais para a PSR, a PNPR materializada pelo Decreto nº 7.053 de 23/12/2009 propõe a integração de programas, projetos e serviços nas diversas Políticas Públicas, a fim de garantir uma efetividade e qualidade nos serviços prestados proporcionando qualidade de vida e emancipação da PSR. A seguir destaco gráfico que apresenta a proposta de integração através da articulação em REDE no atendimento a PSR.

Em 2010 foi instalada através da Instrução Operacional conjunta da Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania - SENARC Nº 07, de 22 de novembro de 2010 – que reúne orientações aos municípios e Distrito Federal para a inclusão de pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

FIGURA 5: Gráfico Representativo da Proposta da PNPR para articulação de serviços para o atendimento humanizado da PSR



Fonte: Adaptado de Decreto 7.053, consultado em www.planalto.com.br em 22/02/2019.

De acordo com o que Espindola (2012, pág. 103) destaca, existe uma grande dificuldade de construir políticas públicas que sejam de fato adequadas à população de rua, visto que essa parcela da sociedade não condiz na maioria das vezes com o restante das pessoas atingidas pelas políticas públicas, seus casos e enfrentamentos costumam ser bem mais complexos e difíceis.

Além disso, a todo momento no Brasil a população em situação de rua sofre com a violação dos direitos previstos na Constituição Federal, em conjunto ao preconceito que enfrentam, é impossível não observar o quanto a exclusão social está presente em suas vidas.

De acordo com a Lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993 (LOAS), no artigo 15, compete aos municípios executar os projetos de enfrentamento da pobreza (incluindo a parceria com organizações da sociedade civil), atender as ações assistenciais, conceituadas como atividades continuadas que visem a melhoria de vida da população, e cujas ações, voltadas para necessidades básicas.

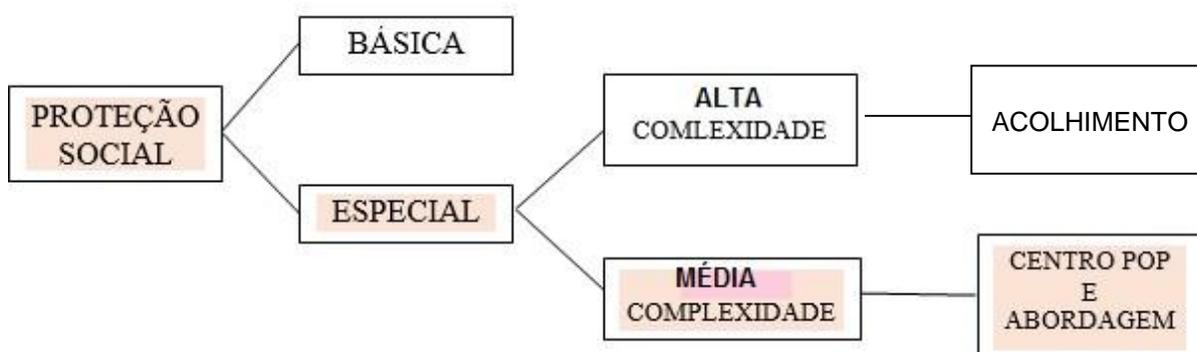
O artigo 26 da LOAS ressalta: “O incentivo a projetos de enfrentamento da

pobreza assenta-se a mecanismos de articulação e de participação de diferentes áreas governamentais e em sistema de cooperação entre organismos governamentais, não governamentais e da sociedade civil “.

É necessário que exista um trabalho de toda sociedade para que exista de fato uma efetividade das políticas públicas, assim como um trabalho do Estado para que as deficiências encontradas hoje nos equipamentos públicos sejam solucionadas.

A PNPR traz também referência a implantação de equipamentos voltados ao atendimento específico a população em situação de rua, o Centro POP, fundamentado segundo os objetivos do Art. 7º que trata da a implementação de centros de referência especializados para atendimento da PSR, no âmbito da Proteção Social Especial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Conforme mostra gráfico abaixo.

FIGURA 6– Tipificação dos Serviços Assistenciais



Fonte: Adaptado de Tipificação Nacional de Serviços Sócioassistenciais, consultada no site www.mds.gov.br em 23/02/2019.

Assim, temos hoje enquadrado na Proteção Social Especial de Média Complexidade, um equipamento voltado diretamente ao atendimento de pessoas em situação de rua e também o atendimento de abordagem social. Apesar de vermos um avanço nas Políticas Públicas para PSR é preciso destacar que pouco se veem ações de outras políticas como habitação, saúde, entre outras. A política de Assistência Social continua sendo a que mais pratica ações voltadas para essa demanda, porém as dificuldades na implementação dessas políticas dificultam um trabalho com resultados reais, pois mesmo com todas as conquistas ainda é difícil garantir direitos

conquistas ainda na Constituição de 1988.

3.2 A atuação do Assistente Social junto e as políticas de atenção à PSR

Conforme ressalva o PNAS(2004): “A assistência social, enquanto política pública que compõe o tripé da seguridade social, e considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersetorial com outras políticas sociais, particularmente, as públicas de saúde, educação, cultura, esporte, emprego, habitação, entre outras, para que as ações não sejam fragmentadas e se mantenha o acesso e a qualidade dos serviços para todas as famílias e indivíduos.

Quando se pensa nas políticas voltadas a população em situação de rua, pode-se notar que a articulação da rede como um todo, trabalhando coletivamente para a efetivação dessas políticas, ainda é um objetivo distante já que ainda predomina, mesmo que no ambiente público, uma visão higienista que trata da situação em questão de modo pontual e superficial, o que não coopera para uma análise mais profunda e olhar mais completo para as condições que levam o indivíduo as ruas e o faz permanecer nela. Esse atendimento pontual acaba dificultando o fazer profissional que se limitando muitas vezes a simples encaminhamentos, na sua maioria para retirada de documentos.

A PNAS vai ressaltar que é dever do Estado olhar com a devida atenção para os problemas sociais e agir de acordo com o que seja necessário, além disso, a sociedade civil faz parte também não como responsável, mas como parceira, dentro dos serviços, programas e projetos. De acordo com a PNAS também é indispensável o trabalho em rede, sendo uma estratégia de articulação que possibilita uma transição entre as áreas na busca da cidadania e dos direitos.

Existe uma preocupação hoje em possibilitar a emancipação das pessoas em situação de rua, porém diante das condições concretas dessa população e a realidade no país, na maioria das vezes não consegue-se efetivar seus direitos mesmo em se tratando das políticas já alcançadas.

A Lei 12.316, de 16 de abril de 1997, ressalta a obrigação da prestação de atendimento à população em situação de rua, assim como serviços e programas que desenvolvam os mínimos sociais para essa parcela da sociedade.

A efetivação das políticas públicas em um contexto histórico costuma ser um

desafio, juntamente ao fenômeno população de rua que ainda sofre com a exclusão, preconceito e discriminação, fica ainda mais complexo, já que se torna preciso entendê-los como integrantes da sociedade civil e conseqüentemente, pessoas que tem a necessidade de acessar seus direitos.

A política social no Brasil voltada para a população em situação de rua destaca que esse fenômeno “é um grupo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia regular, resultando então na utilização de espaços públicos e locais não habitáveis como espaço de moradia e sobrevivência, utilizando dos equipamentos como acolhimento de forma temporária ou provisória” (BRASIL, 2009).

A inclinação que a sociedade tem em naturalizar as desigualdades sociais é resultado da forma que a sociedade enxerga e rotula a população em situação de rua, essa parcela da sociedade sofre com a estigmatização, com o rótulo de estarem na situação em que se encontram por vontade própria, e não por consequência de um sistema excludente.

A luta pela população de rua hoje é voltada a realização concreta das políticas públicas e pelo encerramento da violação de direitos que ocorre todos os dias. É mais um desafio certificar a dignidade quando os direitos mínimos que deveriam ser efetivados não são garantidos.

É exatamente por isso que, na atualidade, existe uma luta e mobilização acerca da garantia desses direitos. As políticas públicas são os mecanismos encontrados para que dentro das dificuldades que permeiam esse fenômeno e suas expressões, seja possível garantir uma vida digna com a possibilidade de novos caminhos, emancipação humana e a inclusão dessas pessoas, que vivem à margem da sociedade durante anos, historicamente, na maioria das vezes sem um respaldo necessário e suficiente para sua sobrevivência, por isso, é preciso que exista a garantia da efetivação dessas políticas.

Conforme observa a autora Soares (2008, pág. 26) a crise capitalista tem sido um elemento principal para a questão social que permeia a sociedade, desde muitos anos no Brasil. Na atualidade, surge o debate sobre a “nova” questão social, afim de compreender as “atuais” formas de pobreza e exclusão social, porém, entende-se a questão social como uma consequência das relações sociais capitalistas, sendo uma expressão das desigualdades sociais.

A questão social vai ser associada ao processo de acumulação do capital, e

vai existir dentro do serviço social trazendo debates acerca da realidade vivenciada pela sociedade.

Atualmente, a população em situação de rua tem sido um assunto muito debatido, devido à necessidade de ações de políticas em várias áreas como saúde, assistência, habitação, etc. Existe uma grande necessidade de que os profissionais dentro dessa ação voltada a população de rua tenham conhecimento e compreensão sobre os usuários e suas histórias, para que com esse conhecimento em conjunto ao trabalho de rede e ação profissional seja possível executar ações que diminuam a vulnerabilidade e as dificuldades sociais que os usuários encontram.

Conforme levanta o CFESS (2017), o trabalho do assistente social nos equipamentos voltado a população em situação de rua produz diversas ações, tais como acolhida, o direcionamento as demandas trazidas pelos usuários, assim como a orientação, o encaminhamento, articulação de redes, visitas domiciliares, tudo isso de acordo com seu trabalho técnico, dentro das particularidades de cada usuário, buscando sua emancipação afim de realizar novos projetos de vida.

É preciso, dentro da profissão, que exista a execução da ética afim de ultrapassar as visões preconceituosas em relação a população de rua, fortalecendo a luta pelos seus direitos, da forma que consta no Código de Ética da profissão.

Dentro da ação profissional do assistente social existe a mediação do profissional em relação ao acesso as redes e serviços, igualmente importante a isso é o vínculo e o acompanhamento que vai além de um encaminhamento, o entendimento de que a vulnerabilidade vai muito além da ajuda e solidariedade. De acordo com a PNPR e no contexto do SUAS o trabalho com a população de rua deve ser voltado para a construção de novos projetos e trajetórias de vida, respeitando suas especificidades e também possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial, restaurar e preservar a integridade e promover ações para a reintegração familiar e comunitária. O atendimento voltado a real necessidade do usuário, a emissão de documentos, orientação dos programas, ações de redução de danos também fazem parte do trabalho do serviço social dentro desse atendimento à população em situação de rua.

O assistente social tem como desafio articular estratégias desafiadoras que tem como objetivo o fortalecimento do vínculo com as pessoas em situação de rua, permitindo que o mesmo realize intervenções que diminua as dificuldades que eles enfrentam e que garanta suas necessidades sociais, bem como consta nas leis seja

na área da saúde, assistência, sócio jurídica, etc.

A realização da ação profissional do assistente social no Centro Especializado de Assistência para a População em situação de rua é voltada de acordo ao Código de Ética da profissão, sendo essa a lei que regulamenta a profissão. Além disso, como citado anteriormente, segue as normas levantadas de acordo com o Sistema Único de Assistência Social, que vai focar na proteção socioassistencial a quem necessitar, respeitando a dignidade e emancipação do usuário, sem nenhum julgamento. Seguindo igualmente a Política Nacional de Assistência Social, que acredita que a assistência social é um pilar do sistema de proteção social no Brasil e na seguridade social.

Conforme destaca Neri (2016, pág. 18), o assistente social vai certificar que ocorra a proteção social, de forma que ocorra as devidas orientações e acompanhamentos aos usuários atendidos e que tem risco de violação de direitos.

Também é realizado pelo profissional a integração do usuário no Sistema de Cadastro Único do município, para que seja possível garantir benefícios que estejam de acordo com o critério específico de cada usuário, como bolsa família, benefício de prestação continuada e etc. Assim como a garantia de documentação civil mínima, nos casos de usuários que não possuem.

Em um atendimento realizado no Centro POP, é preenchido pelo assistente social um formulário de cadastro onde ficam registrados a identificação e dados do usuário, para que seja possível identificar as demandas daquele caso, e os encaminhamentos como consequência. Durante esse atendimento realizado, o assistente social vai conseguir identificar através do usuário as demandas daquele caso e suas especificidades, que vão além do primeiro contato, do acolhimento realizado.

O trabalho do assistente social vai ser voltado a garantia da autonomia do usuário, assim como sua independência. Essa construção vai ser realizada em conjunto ao usuário, de forma que suas demandas sejam correspondidas. Ainda assim, ao realizar esse procedimento de identificação da demanda, muitas dificuldades podem intervir em um trabalho eficaz.

É preciso que o assistente social tenha as ferramentas necessárias para que as demandas dessa população sejam atendidas. Dessa forma, diminuindo as dificuldades que a população em situação de rua enfrenta todos os dias, e buscando garantir os mínimos sociais que como citado, são direitos de todo cidadão.

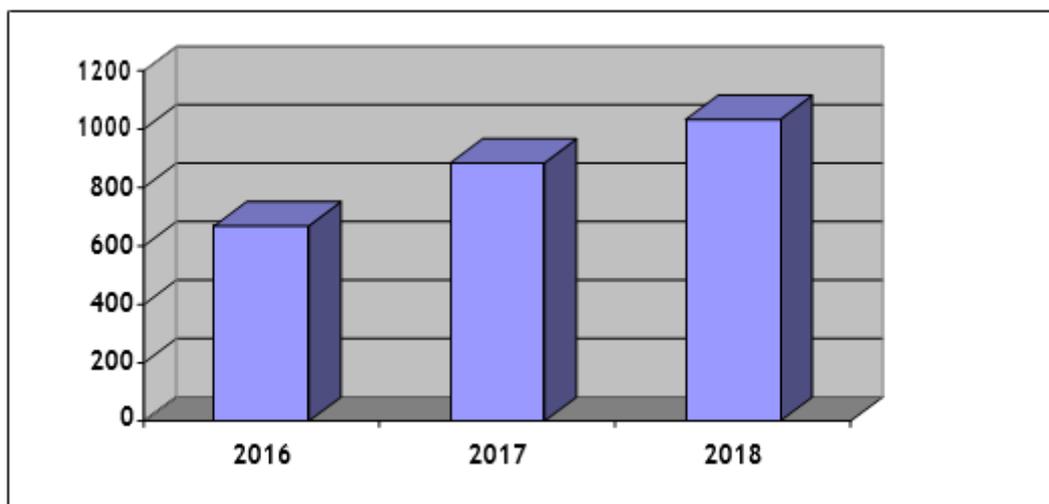
3.3 O atendimento à PSR no Centro POP na cidade do Guarujá

Guarujá está situada na Ilha de Santo Amaro, tendo sido descoberta no dia 22 de janeiro de 1502 por exploradores portugueses. Devido à topografia, os indígenas e as áreas pantanosas a cidade ficou por mais de 300 anos vazia. Ocorrendo somente a extração de óleo de baleia, pesca e alguns engenhos de açúcar como atividade econômica. Com o passar dos anos, pessoas que viviam desse tipo de economia foram formando um povoado, e em 1832, por um decreto imperial Guarujá passou a condição de Vila. Guarujá foi promovida a Vila Balneária de Guarujá em 1893. Em 1934 a cidade recebeu no dia 30 de junho o título de Estância Balneária e devido ao seu enorme crescimento em 1947 passou a ser considerada município.

Atualmente a cidade é considerada destino certo de paulistanos de todo o estado de São Paulo, que buscam nas praias da cidade refúgio e descanso, o que torna não somente a cidade de Guarujá, mas toda região da baixada santista destino certo para os chamados trecheiros, pessoas em situação de rua que “correm trechos” ou andam de cidade em cidade. As praias e a oportunidade de dinheiro extra no verão, feriados prolongados e alta temporada tornam o fluxo de pessoas em situação de rua uma constante na cidade.

Segundo dados extraídos do jornal Diário do Litoral há atualmente um número de 4.233 pessoas em situação de rua na região da baixada santista. A grande maioria destes fica em trânsito passando de cidade em cidade. O levantamento destes dados publicados em 26 de fevereiro de 2018, segundo o jornal estão baseados em dados fornecidos pelas prefeituras. Na cidade de Guarujá, segundo dados colhidos junto ao Centro POP, essa demanda vem crescendo a cada ano, como mostra o gráfico abaixo:

FIGURA 7 – Atendimento Centro POP e Abordagem Social em Guarujá

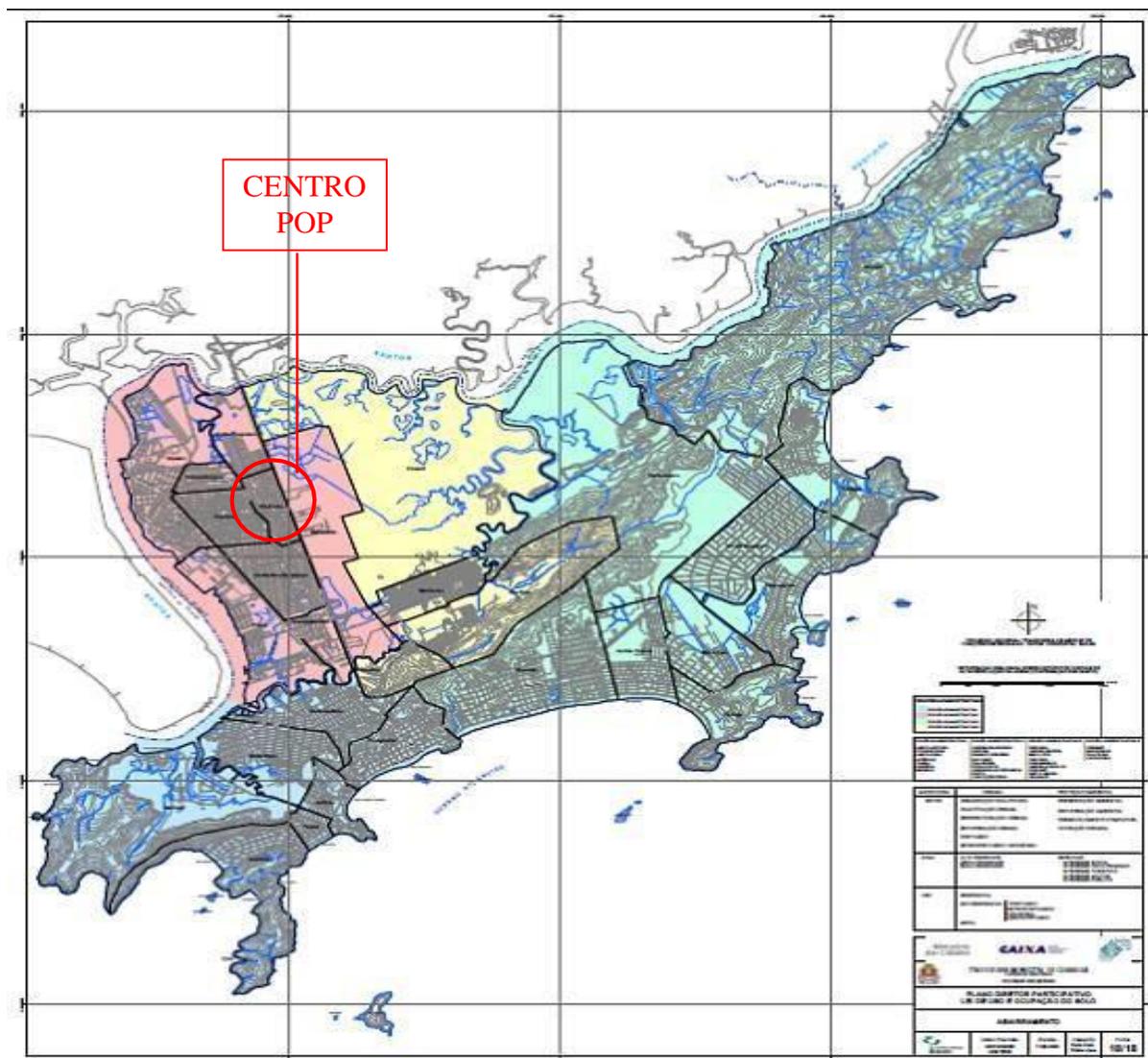


Fonte: Livro de Registro de atendimento da Abordagem Social e Centro POP nos períodos de Jan a Out/2016, Jan a Out/2017 e Jan a Out/2018.

Atualmente a cidade de Guarujá conta com um único Centro POP, que atende todo o município. Criado em 2010, o serviço iniciou suas atividades compartilhando o espaço com o CREAS Centro, de forma bem reduzida. Utilizava através de parceria o Albergue Municipal para higienização e alimentação dos usuários.

Em maio de 2012, após mudança para prédio próprio, o serviço passa a ter condições de ofertar serviços de acolhida, higienização, alimentação, atendimento social e outros tudo em único espaço. Localizado no bairro Vila Aurea em Vicente de Carvalho, conforme mapa, o Centro POP se localiza numa região mais afastada das praias e bairros mais nobre de Guarujá, conforme mostra a figura 8.

FIGURA 8 – MAPA DE GUARUJÁ



Fonte: <http://www.novomilenio.inf.br>, acessado em 30/04/2019.

Conforme orienta a PNPR e consta no plano de trabalho do Centro POP para 2019, o objetivo geral do Centro POP - Guarujá é prestar atendimento e acompanhamento social, e promover a reinserção familiar, comunitária e social dos usuários em situação de rua. Os objetivos específicos são:

- Centro POP:

- a) Promover condições de acolhimento, escuta e atendimento humanizado;
- b) Promover o desenvolvimento de sociabilidades e o fortalecimento de vínculo interpessoais e familiares;

- c) Fortalecer a construção de novos projetos de vida;
- d) Identificar situações de risco pessoal e social de direitos violados;
- e) Encaminhamentos para rede de serviços locais
- f) Promover ações para o fortalecimento de vínculos familiares;
- g) Realizar visitas domiciliares;
- h) Elaborar relatórios técnicos específicos dos casos atendidos;
- i) Promover estudo de caso em parceria com a equipe técnica dos serviços.
- j) Identificar pessoas em situação de rua e suas demandas imediatas;
- k) Propiciar condições de acesso às políticas públicas e serviços disponíveis na rede;
- l) Mapeamento do território;
- m) Escuta e orientações sobre os serviços;
- n) Promover o planejamento das atividades dos serviços;
- o) Atender munícipes: apuração de denúncias e boletins cidadãos;
- p) Realizar recâmbios dos usuários atendidos.
- q) Promover ações de sensibilização e divulgação do trabalho;

Dentre os objetivos específicos o item “a” não está sendo realizado na sua completude, devido à falta de estrutura para o atendimento humanizado e em consequência deste, outros itens deixam de ser colocados em prática como: os itens “c” e “f”. O item “g” também não acontece, devido à falta de veículo para realização das visitas e os itens “m” e “r” também não realizados.

Diariamente são ofertados no Centro Pop, café da manhã, e lanche da tarde. É ofertado também: banho, material de higiene como sabonete e creme dental, muda de roupa, sala de TV, espaço para descanso e linha telefônica com disponibilidade para ligações inclusive interestaduais.

Quanto a equipe funcional, o quadro de funcionários está visivelmente fora do estipulado pela NOB/RH/2006. Abaixo especificamos em quadro correlacional onde percebe-se a diferença.

TABELA 9 – QUADRO FUNCIONAL NOB/RH E CENTRO POP

CARÇO/FUNÇÃO	NOB/RH/2006	CENTRO POP GUARUJÁ
COORDENADOR(A)	01	01
ASSISTENTE SOCIAL	02	02
PSICÓLOGO(A)	02	00
TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR	01	00
TECNICO DE NIVEL SUPERIOR – ABORDAGEM	04	04 FUNCIONÁRIOS DE NIVEL FUNDAMENTAL E MÉDIO
AUXILIARES ADMINISTRATIVOS	02	01

Fonte: NOB/RH e informação obtida diretamente no Centro Pop, com a coordenadora.

Vale ainda salientar que o Centro POP não conta com recepcionista, tem apenas 1 auxiliar de limpeza, 1 guarda municipal e 1 motorista com veículo somente para o serviço de abordagem e a cozinheira é voluntária. Com uma média de atendimentos mensais de 120 pessoas, é notável que tanto o número de funcionários como o número de atendimentos mensais estão em desacordo com a NOB/RH, visto que o previsto para esse tipo de atendimento é de 80 pessoas/famílias mensais.

A falta de condições para o trabalho - não há computador para os técnicos, não há espaço para realização de atividades e a sala de atendimento técnico não tem porta, o que dificulta o atendimento do usuário, que muitas vezes se sente incomodado com a exposição – e o número excessivo de usuários acaba resultando no mal desenvolvimento do serviço, gerando descontentamento da equipe e do usuário, que acaba vendo o Centro POP apenas como local para tomar banho, tomar café. Tal situação ocasiona na falta de conhecimento dos próprios usuários com relação ao serviço, que muitas vezes recusam ao convite da equipe de abordagem social por entenderem que no Centro POP não há nada pra fazer, ou seja o serviço que é a porta de entrada dessa demanda para outros serviços, sua emancipação e para o seu empoderamento afim de trabalhar suas potencialidades, acaba reproduzindo uma política higienista que remete a gênese da Questão Social e acaba se perpetuando até os dias atuais. A maior preocupação do Estado continua sendo a visão ruim que essa população passa nos pontos turísticos da cidade e sua única

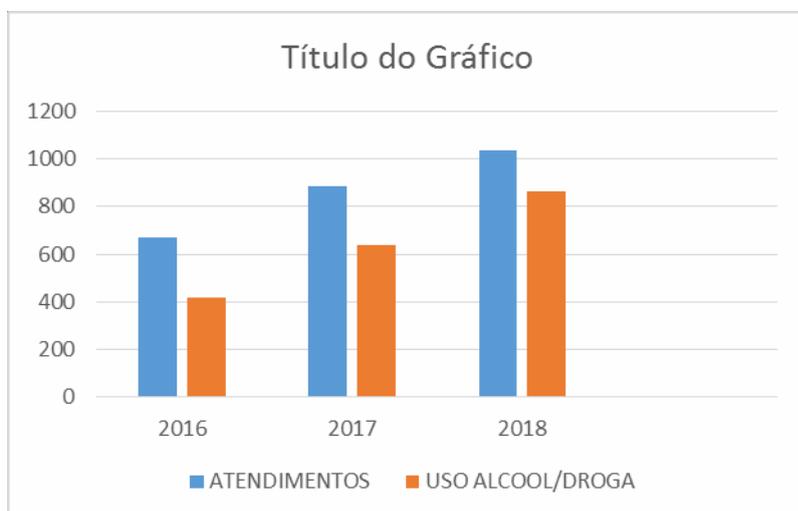
preocupação é leva-los para o Centro POP afim de manter as ruas “limpas”.

E o que acontece nos fins de semana com a chamada Operação Dignidade, realizada pela equipe de abordagem juntamente com a guarda municipal e polícia militar, que passa nos fins de semana pelas ruas da cidade do Guarujá convidando os moradores de rua a pernoitarem na casa de acolhimento da cidade e na segunda são convidados a se retirarem.

Com a experiência realizada através do estágio no Centro Pop da cidade de Guarujá, foi possível observar diversos desafios dentro da profissão, entre eles o atendimento aos usuários de álcool e drogas (que muitas vezes precisavam de internação), dificuldades estruturais, dificuldade na articulação de redes, a desmistificação da visão higienista sobre o trabalho desenvolvido, entre outros.

Diferente do que muitas pessoas pensam e falam, nem todos as pessoas que estão em situação de rua são usuários de álcool e droga, porém são quase maioria. Segundo dados de atendimento do Centro POP Guarujá nos últimos 3 anos, estes representam grande parte dos que usam o equipamento como mostra o gráfico:

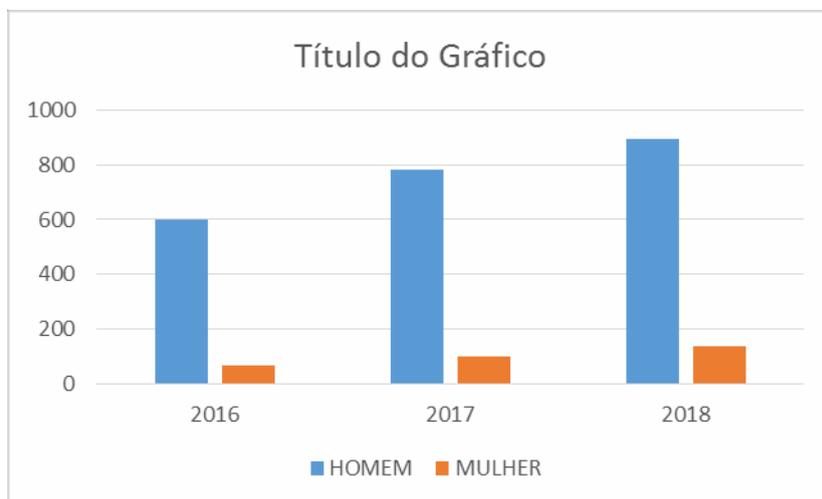
FIGURA 10 – USUÁRIOS DE ALCOOL/DROGA



Fonte: Adaptado de Livro de Registro de atendimento da Abordagem Social e Centro POP nos períodos de Jan a Out/2016, Jan a Out/2017 e Jan a Out/2018

Segue também perfil do usuário conforme sexo:

Figura 11 – Atendimento especificado por gênero



Fonte: Adaptado de Livro de Registro de atendimento da Abordagem Social e Centro POP nos períodos de Jan a Out/2016, Jan a Out/2017 e Jan a Out/2018.

É desafiador dentro da profissão realizar um trabalho que tenha como objetivo a garantia de direitos e emancipação, quando o que se têm a oferecer são ações higienistas. As políticas públicas acabam não sendo de fatos efetivadas já que a preocupação principal é a alimentação, higiene, e manter a cidade “limpa”, mas não se garante de fato um trabalho mais profundo onde o motivo que leva aquela pessoa a estar na situação de rua seja trabalhado. Por mais que os anos tenham passado e muita coisa como novas leis tenham sido feitas ainda existe hoje a visão semelhante à da igreja católica, solidaria e assistencialista, o que no caso não deveria ocorrer.

Com essa experiência do estágio também foi possível observar a dificuldade na articulação de rede. É como se existissem barreiras onde para um usuário ser atendido ele tenha que seguir uma variedade de critérios, como consequência disso muitas vezes os usuários são jogados de um lugar para o outro, ou permanecem em situações complicadas, como no caso de moradores de rua com transtornos mentais, mas a solução e o atendimento que deveria de fato ser prestado, não é, e enquanto isso quem é prejudicado é o usuário.

É de grande importância que existam mediações e essas estratégias para que possa ocorrer a efetivação dos usuários na política social, existindo uma construção de relações éticas e que sejam comprometidas com a emancipação dessa população. Na abordagem, por exemplo, é essencial que exista a construção de vínculo.

Fica claro com a aproximação dos equipamentos que existe uma grande contradição nas relações entre os usuários e as instituições que visam somente a retirada das pessoas da rua, que vai contra todo o exercício profissional da profissão.

Dentro das dificuldades, também pode-se apontar a não aceitação do usuário em acompanhar a equipe ou utilizar os serviços, assim como a falta de preparo dos trabalhadores que agem nessa ação. Dentro do Centro POP de Guarujá, local do estágio, por exemplo, existia uma operação chamada Operação Dignidade, que era realizada com uma equipe da abordagem social acompanhada com guardas municipais, em muitos casos como períodos de temporada onde aumenta-se o número de moradores de rua na cidade, muitos eram coagidos a irem até o equipamento, seguindo esse pensamento conservador de “limpeza” na cidade para os turistas. Dessa forma, os usuários que chegavam ao equipamento estavam muitas vezes irritados, com razão, tornando um possível atendimento muito mais difícil. Essa operação vai completamente contra o que o serviço social acredita e reforça o conservadorismo presente na sociedade em relação a esse fenômeno.

Nos casos de usuários com problemas de álcool e drogas, por exemplo, na cidade de Guarujá grande parte dos moradores vão sofrer com essa questão, mas não vai ser possível encontrar um local de internação, república ou clínicas, nem para metade desses usuários. A mesma coisa vai acontecer aos usuários com problemas de saúde mental, mesmo que o assistente social tenha como objetivo solucionar as demandas apresentadas do usuário, é desafiador fazer um trabalho eficaz se os mecanismos necessários não são possíveis. É possível identificar que a violação dos direitos não ocorre somente pela sociedade, mas também pelo Estado, quando o mesmo se ausenta.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como fio condutor analisar a origem do fenômeno população em situação de rua e o progresso nas políticas públicas voltadas para essa demanda, assim como realizar uma análise do trabalho realizado no Centro Pop da cidade de Guarujá.

Sabe-se que não é fácil propor mudanças na realidade da PSR, visto que é um grande desafio para o Centro POP– Guarujá, assim como outros serviços que atendem essa demanda, criar vínculos com os usuários, principalmente levando em consideração que boa parte dos usuários atendidos no Centro POP – Guarujá não são munícipes ou não moram na cidade, o que dificulta mais ainda um trabalho continuado.

As causas que determinam uma pessoa a morar na rua são completamente diversas, desde a perda do vínculo familiar, envolvimento com drogas, a extrema pobreza e falta de condições para se ter uma moradia. Dessa forma, pode-se observar através das pesquisas bibliográficas que a população em situação de rua e suas causas estão completamente interligadas ao modo como a sociedade se desenvolve de forma econômica, social e política. A população trabalhadora tem seus direitos conduzidos de forma ineficiente devido a necessidade de seguir um sistema capitalista, isso resulta em vidas de pobreza extrema, levando muitas vezes a utilizar as ruas como forma de moradia. Logo, pode-se dizer que a forma como a sociedade se molda através do sistema capitalista vai reforçar o surgimento ou continuidade da população em situação de rua.

Assim se faz necessário que o município pense em ações que visem o fortalecimento de vínculos, afim de que o técnico que realiza o atendimento possa propor um plano individual de atendimento- PIA, o que hoje não ocorre, limitando o atendimento no equipamento apenas ao fornecimento de alimentação e higienização. Avaliou-se ainda, a necessidade de dados da população de rua na cidade de Guarujá, pois só com dados se pode propor políticas que possam ser efetivas, assim propõe-se o levantamento de dados através da realização de CENSO/Pesquisa.

Por último vale ressaltar a importância da articulação em REDE para o atendimento mais humanizado dessa demanda, assim como capacitação para todos os funcionários que fazem atendimento direta ou indiretamente a essa demanda, afim de que saibam o que compete a cada serviço e política.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALBUQUERQUE, W. ; FILHO, W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, M. R. C. **Os índios na história do Brasil**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo**. 2º. ed.. Brasília: UNB, 2003.

BRASIL. Lei Orgânica de Assistência Social. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências Brasília, DF – dez/1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm, Acessado em 22 de nov. 2018.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF – 1988. Disponível em:< www.planalto.gov.br/ccivi>. Acessado em 22 de nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social. . Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF – 2004. Disponível em: <http://www.mds.gov.br> .Acessado em 22 de nov. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – volume 3 – Brasília – DF - Gráfica e Editora Brasil Ltda. 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. 5ª Ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social, São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1401>. Acessado em: 25 de novembro de 2018.

COSTA, E. V.. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. 1ª Ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

Decreto nº 40.232, Regulamenta a Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997. **Diário Oficial do município de São Paulo**. São Paulo ,2 de jan de 2001.

Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/decreto/2001/4023/40232/decreto-n-40232-2001-regulamenta-a-lei-n-12316-de-16-de-abril-de-1997-que-dispoe-sobre-a-obrigatoriedade-do-poder-publico-municipal-a-prestar-atendimento-a-populacao-de-rua-da-cidade-de-sao-paulo-e-da-outras-providencias>, Acessado em 22 de nov. 2018. Didática Editora do Brasil, 2012.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Ruth M. Klaus: 3ª ed. São Paulo: Centauro Editora, 2006.

ESPÍNDOLA, A. **A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. 2012. 126 fls. Didática Editora do Brasil. Belo Horizonte/MG.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. Rio de Janeiro, Biblioteca Azul, 1964.

FIPE: Censo Da População Em Situação De Rua Da Cidade De São Paulo, 2015 – Resultados. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. 2015. Acessado em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/assistencia_social/observatorio_social/2015/censo/FIPE_smads_CENSO_2015_coletivafinal.pdf

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

Huberman, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1980.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 7ª Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

Marx, K. **O capital**, volume 1. 1867, São Paulo. Editora Difel.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 3ª Edição. São Paulo: Editora Edipro, 2015.

MARTINELLI, M.L. **Serviço Social: Identidade e Alienação**. 16ª ed. São Paulo Editora Cortez.2001.

Mazzeo, A.C. **Burguesia e Capitalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Oficina de livros, 1988.

Mesgravis, L. **Histórias do Brasil Colônia**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

MOLLAT, M. **Os pobres na Idade Média**. São Paulo. 1989.

NERI, F.S. Oficinas de formação profissional I - Serviço Social e realidade social. Foz do Iguaçu, 2016. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/filipeneri07/o-trabalho-do-assistente-social-no-centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-para-populao-em-situao-de-rua>. Acessado em: 25 de novembro de 2018.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política: Uma Introdução Crítica**. 8ª Ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2012.

NETTO, J.P. **Cinco Notas a propósito da “questão sócia”**. In: Temporalis. Ano 2, n.3(jan.jul./2001), Brasília; ABEPSS, Gafline, 2001.

NUNES, Maria. **O atendimento à população em situação de rua no Centro POP I: Mediação entre o acesso aos direitos e o controle social do Estado**. 2011. 60 fls. Porto Alegre.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:**

métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

Schmitt, J.C. **A história dos Marginais**. In: LE GOFF, Jaques(Org). A História Nova. São Paulo. Martins Fontes, 1998.

SOARES, J. **Particularidades da "Questão Social" no capitalismo brasileiro**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

Souza, L.M. **Desclassificados de Ouro**: A pobreza mineira do século XVIII. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 1982.

STOFFELS, M. G. **Os mendigos na cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra. 1977.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004

VALLADARES, L.. Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil. In: BOSCHI; Renato R. (Org). Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil. Rio de Janeiro: Rio Fundo,IUPERJ,1991.

Wood, E. M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999.

Yasbek, M.C. **Serviço Social e pobreza**. Revista Katalysis, Florianópolis, v.13, n. 2, 2010 (Editorial).

ZALUAR, A. M. S., Pereira, M. A. **Um século de favela**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANEXOS

1. POSTER SOME

O atendimento a população em situação de rua no Centro POP da cidade de Guarujá

Aline de Jesus Corrêa, Vlândia Gomes do Nascimento

Orientação científica: Dr. Evandro Prestes Guerreiro




Resumo:
 Busca-se analisar a contradição entre o acesso aos direitos e o controle social do Estado da população em situação de rua na cidade de Guarujá, apresentar os avanços alcançados junto as Políticas Públicas emancipatórias, assim como apresentar os desafios da profissão do assistente social junto ao atendimento dessa demanda e a dificuldade em colocar em pratica as políticas já conquistadas.

Palavras-chaves:
 Contradição, Direitos, População de rua.

Fundamento teórico:
 O trabalho foi elaborado sobre a perspectiva do processo histórico de formação do fenômeno população de rua, a leitura das contradições vivenciadas por esta demanda até o atendimento através da Políticas Públicas existentes no Município. Aborda-se o sistema capitalista, a exploração da força de trabalho e a questão social, em seguida a questão pobreza, a ação das políticas públicas em um Estado capitalista e seu enfrentamento, e por fim o Serviço Social e ação profissional voltada a população em situação de rua.



SERVIÇO SOCIAL



Resultados:
 As causas que determinam uma pessoa a morar na rua são completamente diversas, pode-se observar através das pesquisas bibliográficas que a população em situação de rua e suas causas estão completamente interligadas ao modo como a sociedade se desenvolve de forma econômica, social e política. A população trabalhadora tem seus direitos conduzidos de forma ineficiente devido a necessidade de seguir um sistema capitalista, isso resulta em vidas de pobreza extrema, levando muitas vezes a utilizar as ruas como forma de moradia. Logo, pode-se dizer que a forma como a sociedade se molda através do sistema capitalista vai reforçar o surgimento ou continuidade da população em situação de rua.

Referências:
 YAZBEK, M.C. Serviço Social e pobreza. Revista Katalysis, Florianópolis, v.13, n. 2, 2010 (Editorial).
 SOARES, Josiane. Particularidades da "Questão Social" no capitalismo brasileiro. São Paulo. Editora Cortez, 2013.
 CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social. Petrópolis, Vozes, 1998.
 IAMAMOTO, M. V. Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

Material e métodos:
 O método de pesquisa utilizado é o qualitativo, onde foram usadas as técnicas de coleta de dados. A pesquisa foi desenvolvida a partir de: 1. Pesquisa bibliográfica, onde os conceitos de pobreza e de população de rua foram analisados, assim como a legislação vigente para o atendimento desta população e por últimos o levantamento de dados sobre o atendimento no Centro POP da cidade DE Guarujá /São Paulo

